



3.ª Reunião (Ordinária) da Assembleia de Freguesia do Lumiar do quadriénio 2021-2025

29/04/2022

Ata da Assembleia de Freguesia

No dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia de Freguesia do Lumiar em sessão ordinária. A sessão iniciou-se cerca das 19h00, em regime presencial:

Presidente: João Pulido Pereira Freire de Andrade

1.º Secretário: Pedro José Pereira Meneses Monteiro

2.º Secretário: Maria Clara Currito Gargalo Ferreira da Silva

A ordem de trabalhos foi a seguinte:

A. Período Antes da Ordem do Dia

1. Aprovação de atas;
2. Moções, recomendações e votos.

B. Período Aberto ao Público

C. Ordem do Dia

1. Informação escrita do Presidente – 1.º trimestre 2022;
2. Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação;
3. Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas de 2021;
4. Apreciação e votação da 1.ª Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2022 (PPI e PPA) e da Norma de Execução Orçamental;
5. Apreciação e votação do Regulamento de Taxas da Freguesia do Lumiar;
6. Apreciação e votação do Regulamento de Utilização do Autocarro da Freguesia do Lumiar;
7. Apreciação e votação do Regulamento de Contraordenações da Freguesia do Lumiar;
8. Apreciação e votação do Regulamento de Atribuição de Apoios da Freguesia do Lumiar;
9. Apreciação e votação do Regulamento do Mercado do Lumiar;
10. Apreciação e votação do Regulamento de Utilização e Funcionamento do Lavadouro Público do Lumiar;
11. Apreciação do pedido de autorização da Junta de Freguesia para o estabelecimento de formas de cooperação com entidades públicas e privadas;
12. Relatório sobre o Estatuto do Direito de Oposição;
13. Outros assuntos

Presidente da Assembleia de Freguesia do Lumiar, João Pulido Pereira Freire de Andrade (Centro Democrático Social-Partido Popular) deu início à terceira reunião ordinária do quadriénio 2021-2025, pelas 19h15. De seguida, passou a ler as substituições que foram feitas. Em lugar de Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues do Vale César foi o Artur David Cunha Reis, em substituição de Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro tivemos o Joaquim Monteiro de Sequeira, em substituição de João Pedro de Campos Domingues tivemos a Maria Clara Lopes Agapito, em substituição da Isabel Maria Rendeiro Vicente tivemos o Tito Alexandre Norberto Santos, em substituição de João Vaz Lima tivemos o Paulo Guerra, em substituição de Rodrigo Santiago Ribeiro de Carvalho Mourão Benites tivemos o Eduardo Lago Barroso. Estas foram as substituições relativas a esta assembleia.

De seguida, afirmou que tinha algumas coisas para dizer antes de se iniciar o Período Antes da Ordem do Dia (PAOD), nomeadamente que tinha colocado em cima das mesas, no lugar de cada chefe de bancada, uma ata em minuta, porque na assembleia anterior tinha havido pessoas que nunca tinham ali estado e quando se pediu para votar a ata em minuta, ficaram sem perceber o que é que iam fazer, então pôs ali um exemplar da ata em minuta para perceberem o que é, trata-se de um *script* onde assentam tudo o que vai acontecendo na assembleia, tanto acompanhando todos os pontos como também depois as votações, é ata em minuta porque é feita em minuta, muito sucinta, e que tem os apontamentos do que fazemos aqui, que depois será verificada com as gravações, verificar se está tudo correto, achou por bem mostrar o que era para saberem o que estão a votar.

A outra situação que quis referir foi um pedido de desculpas a todos por uma situação que aconteceu e que foi uma situação de um atraso, tendo este sido um lapso seu e da sua inteira responsabilidade, relacionado com a ata de convocatória desta assembleia de freguesia. Pediu então desculpa pelo seu lapso, esperando que não se venha a repetir. Também solicitou que se fizesse a entrega dos cartões de membros da assembleia de freguesia, acrescentando que já os tem prontos e feitos, sendo eles importantes para que se possam identificar como membros da assembleia de freguesia. Acrescentou também que tinha uma questão da qual gostaria de falar, e que iria falar pessoalmente com cada um dos membros da assembleia, que era propor a constituição de um grupo de WhatsApp para os membros da assembleia de freguesia, para os eleitos logicamente, mas que depois fala pessoalmente com cada um dos membros para ver se consideram uma boa ideia, já que poderia agilizar uma série de coisas.

O Presidente da Assembleia de Freguesia passou para as votações das atas, acrescentando que distribuíram duas atas, uma da tomada de posse e outra da primeira reunião, sendo que

a ata da tomada de posse é simplesmente para estarem informados, ela tinha sido enviada por email, e esta ata da segunda reunião ordinária tem de ser votada. Perguntou se alguém tem alguma consideração a fazer em relação a essa ata.

Não tendo, perguntou se, a nível da votação, se alguém está contra a ata e se alguém se abstém.

A ata foi aprovada por unanimidade.

Presidente da Assembleia de Freguesia passou para as moções, recomendações e votos pedindo para que os comentários fossem o mais sucintos possível, apelando ao bom senso, já que são 21 documentos. Abriu aos grupos políticos os comentários, passando a palavra ao Livre, esclarecendo que a dinâmica é começar pelos partidos mais pequenos e daí para os maiores, sendo o Livre o primeiro, apesar de haver dificuldades em saber quantos votos teve o Livre.

Francisco Pedro Santos Miranda Ferreira (Livre) começou pela moção número 1, que é do Chega, da comissão de transparência, que considera um tema também muito importante para o Livre, tanto que o relatório apresentado na moção foi elaborado pelo grupo do Parlamento Europeu dos Verdes, da família política do Livre. Votarão a favor por ser um tema importante. Em relação à moção número 2, de promoção da biodiversidade na Quinta das Conchas e dos Lilases da Iniciativa Liberal, tem alguns comentários a fazer, o critério aqui é estritamente estético e lúdico, visto que não há fins conservacionistas, e o importante era saber como fazer a gestão da dinâmica populacional, se há dimensão, para quantos, se há alimentos e abrigo, apesar de ela ter resultado em Monsanto não quer dizer que resulte na Quinta das Conchas, por questões de dimensão e por estar longe de outras populações, portanto aqui vão-se abster. No número 3, também será abstenção. Na que nós apresentámos, Cooperativas de produção de energia renovável, acham que é um tópico bastante importante, não só ao nível ambiental, mas também agora a nível de segurança nacional, em termos de energia, obviamente. A moção número 5, da CDU, votam contra, não concorda nada com o texto, tem crimes de guerra entre aspas, intervenção militar em vez de guerra, falamos da máquina de propaganda ucraniana quando na Rússia as mortes de jornalistas são constantes, 57 jornalistas mortos nos últimos anos, fala-se em golpe de estado

quando se tem um presidente que foi eleito pela maioria da população. De resto, em relação às recomendações, acrescentou que número 1, do parque de rebocados, do PSD-CDS, não sabe se será necessário adiar a requalificação daquela zona, com um novo debate, se a consulta pública já estava feita, não sabe se valerá a pena fazer essa parte toda outra vez. Em relação ao resto, há vários votos e saudações em relação ao 1º de Maio e ao 25 de Abril que não serão muito polémicos e que votarão a favor.

João Condesso (Chega) fez pequenos considerandos, não falando de todas as propostas, moções e votos. Primeiro, saudou a maior ligação de todas as propostas/votos/saudações, etc., à realidade concreta da freguesia, ainda que haja algumas que são temas extremamente gerais e são mais bandeiras políticas do que propriamente propostas concretas e de aplicação na freguesia. Considera que é importante focarem-se de forma pragmática naquilo que podem fazer pela freguesia. Embora possa vir uma ideia mais geral, depois deve-se focar. Realçou que as bandeiras e as posturas políticas já são conhecidas de todos, no geral, os que fazem parte da assembleia e dos fregueses no geral, do que se passa na Assembleia da República, das posturas dos partidos, do que vem nos meios de comunicação social, não vale muito a pena apostar aí. Nota aí alguma tendência nesse sentido e congratulou-se com essa tendência. Acrescentou um breve comentário à moção do Chega, da comissão de transparência, afirmando que em dezembro de 2021 foi criado um mecanismo de anticorrupção e que esse mecanismo vai implementar a estratégia nacional anticorrupção que foi aprovada há um ano atrás, em abril de 2021, apontando essa estratégia para a detenção e prevenção de riscos de corrupção na ação pública. Esse mecanismo anticorrupção fala expressamente da atividade das autarquias locais e a forma como elas deverão ser mais transparentes e se devam criar mecanismos para que isso ocorra. Afirmou que com a existência de corrupção e dos conflitos de interesse, os custos são enormes, 1.000 milhões de euros é o previsto, correspondendo a 1.700 euros por cada português, realçando que é uma coisa bastante expressiva. Informou que já foi aprovada e está a ser implementada a primeira comissão pela transparência numa freguesia, em Alvalade, aprovada em dezembro passado, em colaboração com a Associação Transparência e Integridade, e que esta vai promover certamente um aumento da confiança de todos os intervenientes na política local, fregueses, membros da assembleia, executivo, tudo em conjunto. Afirmou que esta moção não é de todo uma crítica ao executivo e aos procedimentos existentes, que até agora não tem a mínima desconfiança, mas sim para fazerem um caminho em conjunto para melhorar aquilo que temos. Realçou, e pelo que vê, que a recomendação da IL vai ao encontro do

portal da transparência, que encaixa muito bem nesta proposta, e considera que o Lumiar só tem de estar na linha da frente também neste tema, para que consigam fazer da freguesia a melhor freguesia para viver e para estar.

Presidente da Assembleia de Freguesia realçou que o que o João Condesso acabou por fazer foi uma apresentação da moção que tinha e que isto de facto também serve para isso, não sendo só para comentar as moções, serve também para fazer as apresentações das próprias moções.

Nélson da Rocha (Bloco de Esquerda) afirmou que o Bloco de Esquerda, na altura das votações das moções, tomará a sua posição, acrescentando que com algumas concordam, com outras não. Mas que havia ali algumas, nomeadamente a recomendação número 4, as saudações número 8 e 7 que terão o seu apoio, mas que no momento certo assim o fará.

Carlos Manuel Marques Figueira (Iniciativa Liberal) referiu que apresentaram a moção número 2 e, respondendo ao Francisco Ferreira sobre a questão da biodiversidade, essencialmente perceberam que o parque da Quinta das Conchas é um ex-libris do Lumiar e que querem que isso seja levado como uma bandeira do que é a nossa freguesia. Acrescenta que o Lumiar tem uma fauna bastante significativa de aves no parque, mas não tem de mamíferos, efetivamente os esquilos vermelhos estiveram extintos durante muitos séculos em Portugal. O trazer para o Lumiar é no fundo trazer o Lumiar para dentro do projeto esquilo vermelho, lançado em 2014 pela Universidade de Aveiro e que tem como experiência trazer as pessoas para o contacto com a natureza e o nosso parque tem características para isso. De qualquer forma, a moção é uma proposta para que seja estudada essa viabilidade.

Depois, realçou que a moção número 3 se relaciona com a alteração da velocidade máxima na Santos e Castro, que faz confluência com três freguesias, mas uma boa parte é feita pela freguesia no Lumiar. Acrescentou que é uma via que tem características específicas, que não exigiria uma circulação a 50 quilómetros por hora, ainda para mais com dois radares lá colocados, há aqui uma recomendação a fazer à Câmara, efetivamente, neste momento, é uma caça à multa. Trazem uma recomendação para melhor comunicação da Junta de Freguesia, para que haja mais transparência e comunicação para com os nossos cidadãos, tem muito a ver com aquilo que o *site* da Junta deve ser, acrescentando que já passaram seis meses

de mandato e continuamos a ter um *site* que não corresponde àquilo que se espera da nossa freguesia, requer uma dinâmica e uma interação diferentes, para as pessoas perceberem que há ali um espaço de participação, daquilo que precisam de tratar na freguesia e daquilo que são os orçamentos, contratações, etc., mais participação. Transparência e dinamização da participação, que fará com que os cidadãos percebam que há uma maior possibilidade de escrutinar.

Finalmente, um voto de condenação da invasão da Ucrânia pela Rússia, toda a gente conhece a postura da Iniciativa Liberal em relação a esse tema e não há mais nada a dizer.

Em relação à moção número 1, focaram-se mais no portal, mas esta questão também nos é sensível e, portanto, votarão favoravelmente.

Gostariam de subscrever a proposta que o PSD e o CDS trazem em relação ao parque de rebocados, são inteiramente a favor.

Depois, acrescentou que há aqui alguns votos que não valem a pena estar a detalhar. Nesta nossa sessão número 3 há aqui um conjunto de votos de saudação que todos eles dirão perto do mesmo, votaremos essas propostas, as conquistas que foram feitas com o 25 de Abril há 48 anos, mas comemorarmos o 25 de Abril é validarmos que Portugal nestes 48 anos não se desenvolveu o suficiente e que há ainda muito a fazer, ao nível de conquistar a liberdade política, económica e social. Manter vivo o espírito de Abril é permitir que Portugal cresça em vez de se arrastar para a cauda da Europa e seguir um caminho de convergência com os nossos parceiros europeus.

João Camilo Vieira Carvalho Gonçalves (Coligação Democrática Unitária) afirmou que em relação às suas moções e recomendações, já que era isso que iria comentar fundamentalmente, em relação à moção número 5, que deverá ser a grande vítima de toda a gente, quis reafirmar duas coisas, não é a condenação de Putin e do seu governo nem da invasão da Ucrânia que os divide, o que os divide é a CDU considerar que a guerra se iniciou em 2014 e não em 2022, acrescentando que só diria isso sobre o assunto. Em relação à moção número 6, afirmou que é uma reafirmação de uma moção que já ali esteve, crendo que por via do CDS. Em relação à linha do metropolitano, considerou que não deviam deixar cair completamente essa questão, devendo insistir nela, porque é altamente prejudicial para os fregueses do Lumiar, entre outros, porque também os concelhos do norte, e outras freguesias vizinhas do Lumiar, são vítimas desta situação. Em relação à recomendação número 4, sobre a requalificação da Escola Secundária Lindley Cintra, afirmou que é uma escola que está

numa situação de degradação brutal, o que até levou a uma manifestação espontânea dos próprios alunos à porta da escola em relação à péssima situação em que vivem. Acrescentou que deviam fazer todos os esforços para que essas obras andassem para a frente. Em relação à primeira moção, afirmou que não estariam de acordo por uma razão, é que há mecanismos suficientes para lutarem contra a corrupção na freguesia, quer através da sua própria fiscalização enquanto membros da assembleia de freguesia, quer através daquilo que está institucionalizado como controle da atividade da Junta de Freguesia, por isso não estará de acordo com essa moção.

Presidente da Assembleia de Freguesia afirmou que a proposta sobre o metro é de uma importância enorme e que quem teve a oportunidade de estar no aniversário da freguesia, com certeza ouviu que as suas palavras foram maioritariamente direcionadas para isso, porque considera que é uma preocupação muito grande para todos.

Bernardo Maria da Cunha Reis Correia de Oliveira (CDS-PP) mencionou que só iria apresentar o voto de pesar pelo José Machado, referindo que no dia 7 janeiro deste ano receberam a triste notícia. Afirmou que queria destacar que o Zé foi um amigo que apanharam muito no CDS, ajudou-os muito durante os últimos quatro anos e queria destacar claramente a sua generosidade, o seu voluntarismo ao longo dos últimos quatro anos. Acrescentou que ele foi candidato duas vezes a este órgão, que era uma pessoa que dedicava muito tempo e ajudava-nos imenso a falar com muita gente aqui na Rua Alexandre Ferreira e no Lumiar centro, com a parte mais idosa, se assim pudermos chamar, da nossa freguesia, e trouxeram isso para honrar não só o Zé, mas todas as pessoas de vários partidos, organizações, pessoas, que gratuitamente dão o seu tempo e os ajudam a melhorar, quer a democracia na nossa Junta, como também todos os problemas que a nossa Junta tem. Para terminar, realçou que pessoas como o Zé fazem sempre muita falta, paz à sua alma e conforto aos seus familiares e amigos.

Acrescentou que queria dizer que nos votos de saudação que também trouxeram, quer na Ucrânia quer no 25 de Abril, os valores de Abril são sempre essenciais e sempre necessários hoje em dia, principalmente na Ucrânia, portanto considera que casam muito bem os dois votos, acrescentando que os valores são sempre importantes, principalmente quando há a falta deles.

Pedro Gonçalo Roque Ângelo (Partido Socialista) afirmou que o grupo político do Partido Socialista acabou por não apresentar grandes documentos para o período antes da ordem do dia, já que entenderam que não fazia sentido porque até há bem pouco tempo eram executivo e não fazia sentido estarem agora com grandes iniciativas, até porque facilmente cairiam na retórica de estarem a propor agora o que não fizeram até há bem pouco tempo. De qualquer das formas, referiu estarem ali, nesta fase, para escrutinar o trabalho que o executivo tem feito desde que tomou posse. Realça que apresentaram, como é evidente, um voto de saudação sobre o 25 de Abril, uma data que lhes diz especialmente muito, já que o PS sempre pugnou pela liberdade e pela possibilidade de todos os partidos políticos se poderem constituir e representar na nossa democracia e vão-se associar aos votos do 25 de Abril e aos votos de condenação sobre a situação da guerra na Ucrânia, com exceção do PCP, que persistem em ter uma leitura enviesada dos factos que todos assistem. Relativamente aos outros documentos, referiu que na altura da votação terão a oportunidade de perceber qual será o sentido de votação do grupo político do Partido Socialista.

Marta Regina Silva dos Santos Vieira (Partido Social Democrata) começou por congratular a viva participação dos documentos que foram apresentados na assembleia e que por uma questão de economia de tempo não falaria de cada um dos 21 documentos apresentados e sobre os quais, no momento próprio, o grupo do PSD apresentará a sua votação e respetivas declarações de voto. Referiu que o PSD e o CDS apresentaram 4 documentos e que apenas iria destacar a recomendação número 1, sobre o parque dos rebocados, pelo significado e expressão que ele tem para a vida da freguesia em geral e para os fregueses em particular. Também destacou a moção nº 6, apresentada pela CDU, relativa ao metropolitano. Referiu que a esse respeito, passava a palavra ao seu colega de bancada Mário Lopes, por ser ele a ter os conhecimentos técnicos e estar a acompanhar estas situações.

Mário Lopes (PSD) em relação ao parque de rebocados referiu que a Recomendação apresentada deriva do facto do vereador da mobilidade da Câmara ter dito que ia passar a decisão, sobre o que se fazer naquele lugar, para a Junta de Freguesia do Lumiar e a população do Lumiar, estando a propor a forma de implementar isso, com a contribuição e acompanhamento de todos os partidos aqui representados e da população. Realça que poderiam eventualmente ter um debate mais despartidarizado e ouvir as pessoas sem

quaisquer tipo de preconceitos partidários, no sentido de implementarem um processo de decisão participado com a população e com os outros partidos e não deixar isso só para uma decisão do executivo. Em relação ao metropolitano, o PSD, tal como o PCP, tem tido uma posição totalmente coerente, frontalmente contra a linha circular. Acrescentou que os argumentos que o PCP apresentou nesta moção, são argumentos que também já apresentaram várias vezes, portanto é óbvio que vão votar a favor.

Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, Ricardo Mexia afirmou que relativamente às várias das deliberações que venham a ser tomadas pela assembleia, algumas delas não dependem diretamente da Junta e que iriam dar conhecimento a quem de direito, para que elas sejam apreciadas, acrescentando que estão fora do âmbito de competências da Junta de Freguesia. Em relação à moção da Escola Lindley Cintra, afirmou que estão solidários com os problemas da escola, que duram há décadas e que tem a ver com uma indefinição na transferência de competências para as autarquias, é algo que urge resolver porque tem de haver uma solução para as instalações precárias, para quem compete para que isso possa ser feito. Aproveitou para acrescentar que na sequência da manifestação irá haver, de acordo com o que foi comunicado, uma nova manifestação no dia 11 de maio, deixando ali uma nota para os membros da assembleia de freguesia que se queiram associar a essa manifestação, para encontrar a melhor solução para uma das melhores escolas da freguesia. Fez uma nota breve para a moção do Chega, acrescentando que percebem o intuito e que estão todos alinhados naquilo que é uma necessidade de haver cada vez mais transparência. A recomendação da IL aponta e diria também em assembleia anterior tiveram também uma recomendação para a clarificação dos documentos orçamentais, estão alinhados com isso. Referiu que não ficou claro como se fará a implementação do portal da transparência ou a certificação e de qual será o objeto da comissão. Acrescentou que o ponto 4 deriva de cumprir a lei, se nós detetarmos qualquer indício de ilicitude, devemos comunicá-lo às entidades competentes, para que sejam apuradas as responsabilidades nessa matéria. Referiu que ficou na dúvida de qual será aquele trabalho de fiscalização que está na assembleia de freguesia e portanto dar essa nota, mas naturalmente seja por via dessa comissão, seja pela via das forças políticas, seja por via dos cidadãos, naturalmente que as sugestões para a melhoria da transparência serão acolhidas com toda a propriedade por este executivo.

Presidente da Assembleia de Freguesia passou à votação.

Pedro Ângelo (PS) fez uma interpelação à mesa, afirmando que relativamente à condução dos trabalhos, por norma, a votação de todos os documentos era feita no final da reunião.

Presidente da Assembleia de Freguesia realçou que não, que na última assembleia fizeram assim e durante muitos anos foi dessa forma, vão fazer a votação do PAOD e depois fazem as votações da ordem do dia.

Pedro Ângelo (PS) solicitou alguns esclarecimentos sobre a questão da proposta do grupo de trabalho do parque de rebocados, dizem que o grupo é presidido pela Junta de Freguesia, mas não consegue perceber a composição do grupo de trabalho. Gostaria de ter esse esclarecimento.

Mário Lopes (PSD) esclareceu que a moção não o define e que quem vai decidir isso é a própria Junta, mas, como vem na moção, o que é fundamental é que todos os partidos e a população possam acompanhar o processo todo. Quem compõe o grupo, a Junta decidirá, só que o fundamental não são as pessoas que vão lá estar, mas o que lá vão fazer.

Pedro Ângelo (PS) referiu que continua sem perceber se as forças políticas representadas na assembleia integram ou não o grupo de trabalho.

Mário Lopes (PSD) referiu que a Junta decidirá.

Presidente da Assembleia de Freguesia referiu que é uma boa solução juntar uma série de votações, mas, por outro lado, considera que é bom, como temos muitas propostas, juntar com as votações é muita coisa, pode dar confusão, considerando que se equilibrarmos isto e fazermos uma série de votações agora no tempo do PAOD e depois no período da ordem do dia será a melhor solução.

Pedro Ângelo (PS) esclareceu que foi uma interpelação à mesa sobre a condução dos trabalhos, acrescentando que compete ao presidente definir como conduzir os trabalhos, da parte do PS não haverá oposição a isso.

Carlos Figueira (IL) solicitou um pedido de esclarecimento em relação à moção número 4, do Livre. O título da moção é Cooperativas de Produção de Energia Renovável, quando dizem haver possibilidades de financiamento público e privado, gostava que explicassem melhor qual é o conceito que está aqui subjacente.

Francisco Ferreira (Livre) esclareceu que é saber onde querem instalar painéis solares, têm de saber onde os podemos instalar. Aqui no Lumiar, os sítios mais óbvios seriam a biblioteca em Telheiras, as várias escolas da freguesia, porque têm boa exposição solar e têm espaço que pode ser aproveitado para painéis solares, que seriam ligados ao comércio e às habitações, que iram consumir a energia produzida. Quando diz para a Junta fazer o levantamento, é ver onde se podem instalar os painéis solares.

Há várias cooperativas, a mais conhecida em Portugal é a Copérnico, o que funciona é que qualquer pessoa que queira entrar na cooperativa pode entrar, existem várias cooperativas, também há algumas que são de grandes empresas, da EDP, etc., é que aqui estará aberto a qualquer pessoa, o investimento inicial será de todos aqueles que pertencem à cooperativa, toda a produção de energia gerada será distribuída pelos membros da cooperativa, ao contrário das outras, EDP Solar, onde a EDP explora parte dessa energia. A resposta a quem pode pertencer é: qualquer pessoa que queira pertencer à cooperativa e que esteja perto do sítio onde se produz a energia, porque, obviamente, por constrangimentos de rede a produção não pode chegar a todo o lado.

Presidente da Assembleia de Freguesia avançou para as votações.

Moção número 1

Votos contra: 5 (PS) 1 (CDU) 1 (BE)

Abstenções: 4 (CDS) 5 (PSD)

Votos a favor: 1 (IL) 1 (Chega) 1 (Livre)

A proposta foi reprovada, 7 votos contra, 3 a favor e 9 abstenções.

Marta Vieira (PSD) solicitou uma declaração de voto sobre a moção nº 1. Como é conhecida, a posição do PSD tem sido sempre de defesa e de luta pela transparência, em todo o caso considerou importante referir, como já foi dito pelo Presidente da Junta, que já existe um elemento fiscalizador que é a assembleia e as entidades externas habilitadas e qualificadas para fazer esse trabalho. Por outro lado, a IL apresenta uma recomendação, que também vai ao encontro desse fim e que lhes parece mais equilibrada, ficando o escrutínio aberto a qualquer freguês e não apenas a uma só comissão, a criação da comissão neste momento não se justifica, o seu voto é de abstenção.

Bernardo Correia de Oliveira (CDS-PP) afirmou que o CDS se abstém nesta moção, somando àquilo que o Presidente do Executivo já disse e o PSD, a intenção da proposta da comissão é boa nos seus considerandos, pois todos são a favor de uma maior transparência na nossa Junta. Como consta na documentação que temos, o executivo já começou a tomar algumas medidas nesta área, como o envio das contas para o Tribunal de Contas ou o anúncio de um lançamento de um concurso para uma auditoria. Acrescentou que já há uma proatividade do órgão executivo da Junta. Por natureza ou por definição, realçou que a maior comissão de transparência é a própria assembleia e não estando contra, porque se sentiria mal votar contra a transparência, até soa mal, optaram claramente aqui por se absterem.

Tito Alexandre Norberto Santos (PS) referiu que como a Marta Vieira disse, não se justifica votar contra, se tivéssemos dúvidas absteríamos, como não se justifica há uma diferença claramente na proposta da IL e naquilo que é a proposta do Chega, todos concordamos que a transparência é um antídoto contra a corrupção, mas que ela não é alcançada com este tipo de comissões, temos de saber quem a tutela, quem a compõe, poria uma lógica de policiamento, acaba por ser uma estrutura, a proposta da IL é mais tangível e cristalina porque aproxima os fregueses às tomadas de decisões, acaba por ficar mal à IL colar-se ao Chega no discurso e na sua votação porque de facto são propostas diametralmente opostas.

João Condesso (Chega) esclareceu que a proposta do Chega não exclui, de forma alguma, o escrutínio, que fica aberto a toda a população e a todos os fregueses, o facto de haver uma comissão, a ideia seria ser implementado o portal de transparência, a certificação, a formação e é claro que isto não se mantém eternamente, na volta falta essa informação, mas isto de facto seria eventual. Teria um período e seria colocar algumas ferramentas ao serviço da transparência e do escrutínio, que ficariam para o futuro.

Moção número 2

Votos contra: 0

Abstenções: 1 (Livre)

Votos a favor: 5 (PSD) 5 (PS) 4 (CDS-PP) 1 (BE) 1 (IL) 1 (Chega) 1 (CDU)

A proposta foi aprovada por maioria, com 18 votos a favor e uma abstenção.

Moção número 3

Votos contra: 0

Abstenções: 5 (PS) 1 (Livre)

Votos a favor: 5 (PSD) 4 (CDS-PP) 1 (BE) 1 (IL) 1 (Chega) 1 (CDU)

A proposta foi aprovada por maioria, com 13 votos a favor e 6 abstenções.

Moção número 4

A proposta foi aprovada por unanimidade.

Moção número 5

Votos contra: 5 (PSD) 5 (PS) 4 (CDS-PP) 1 (Livre) 1 (BE) 1 (Chega) 1 (IL)

Abstenções: 0

Votos a favor: 1 (CDU)

A proposta foi reprovada, com 18 votos contra e 1 a favor.

Moção número 6

Votos contra: 0

Abstenções: 5 (PS) 1 (Livre)

Votos a favor: 5 (PSD) 4 (CDS-PP) 1 (BE) 1 (IL) 1 (Chega) 1 (CDU)

A proposta foi aprovada por maioria, com 13 votos a favor e 6 abstenções.

Recomendação número 1

Votos contra: 1 (Chega)

Abstenções: 5 (PS) 1 (BE) 1 (Livre)

Votos a favor: 5 (PSD) 4 (CDS-PP) 1 (IL) 1 (CDU)

A proposta foi aprovada por maioria, com 11 votos a favor, 1 contra e 7 abstenções.

João Condesso (Chega) informou que a sua posição se deve ao facto de achar isto um processo extremamente burocrático, fazer isto para auscultar a opinião dos fregueses, acha que não é necessário criar uma comissão ou um grupo de trabalho para auscultar a opinião dos fregueses, basta criar uma página de questionário na Internet, divulgar no Instagram, há ferramentas muito mais ágeis para se fazer isso. As associações, a parte institucional, poderá e deverá ser contactada pessoalmente, mas não temos que criar um grupo de trabalho para isso. Concordou que se deva auscultar a opinião dos fregueses, isso é benéfico e é correto, mas não lhe parece que seja necessário criar um grupo de trabalho para isto.

Recomendação número 2

Votos contra: 0

Abstenções: 1 (BE)

Votos a favor: 5 (PSD) 5 (PS) 4 (CDS-PP) 1 (BE) 1 (IL) 1 (Chega) 1 (CDU)

A proposta foi aprovada por maioria, com 18 votos a favor e 1 abstenção.

Recomendação número 3

Votos contra: 1 (CDU) 1 (Chega)

Abstenções: 0

Votos a favor: 5 (PSD) 5 (PS) 4 (CDS-PP) 1 (BE) 1 (IL) 1 (Livre)

A proposta foi aprovada por maioria, com 17 votos a favor e 2 contra.

Recomendação número 4

Aprovada por unanimidade.

Voto de condenação número 1

Votos contra: 1 (CDU)

Abstenções: 1 (BE)

Votos a favor: 5 (PSD) 5 (PS) 4 (CDS-PP) 1 (IL) 1 (Chega) 1 (Livre)

A proposta foi aprovada por maioria, com 17 votos a favor, 1 abstenção e 1 contra.

Voto de condenação número 2

Votos contra: 1 (CDU)

Abstenções: 1 (BE) 1 (Chega)

Votos a favor: 5 (PSD) 5 (PS) 4 (CDS-PP) 1 (IL) 1 (Livre)

A proposta foi aprovada por maioria, com 16 votos a favor, 2 abstenções e 1 contra.

Voto de pesar número 1

Aprovado por unanimidade.

Presidente da Assembleia de Freguesia informa que o executivo gostava de se juntar a este voto de pesar, informando que farão um minuto de silêncio no final do PAOD.

Voto de saudação número 1

Votos contra: 1 (CDU)

Abstenções: 0

Votos a favor: 5 (PSD) 5 (PS) 4 (CDS-PP) 1 (IL) 1 (Chega) 1 (Livre) 1 (BE)

A proposta foi aprovada por maioria, com 18 votos a favor e 1 contra.

João Condesso (Chega) referiu que votaram a favor, embora tenham aqui uma pequena nota a afirmar. Este voto de facto fala, numa pequena frase, dos tais desvios indesejáveis, que existiram no pós-25 de Abril, e de facto esse tema é consecutivamente ocultado, esquecido e abafado, ninguém fala nesse tema e considera que é extremamente importante ter-se a noção daquilo que aconteceu na realidade, o período do PREC, as nacionalizações, as torturas, as perseguições, as prisões aleatórias, etc.. Votou a favor porque foi a única saudação que de facto falou, apesar de ser só em três palavrinhas, numa situação que é importante e que deve ser lembrada e que não pode ser esquecida. O 25 de Abril foi um momento importante, mas já lá vão 48 anos e é preciso olhar para a frente e pensar no desenvolvimento do país, o que infelizmente não aconteceu nos últimos 48 anos, temos

indicadores que nos dizem, hoje em dia, que relativamente aos outros países nós estamos pior.

Voto de saudação número 2

Votos contra: 1 (CDU)

Abstenções: 0

Votos a favor: 5 (PSD) 5 (PS) 4 (CDS-PP) 1 (IL) 1 (Chega) 1 (Livre) 1 (BE)

A proposta foi aprovada por maioria, com 18 votos a favor e 1 contra.

Voto de saudação número 3

Votos contra: 1 (Chega)

Abstenções: 0

Votos a favor: 5 (PSD) 5 (PS) 4 (CDS-PP) 1 (IL) 1 (BE) 1 (Livre) 1 (CDU)

A proposta foi aprovada por maioria, com 18 votos a favor e 1 contra.

Marta Vieira (PSD) fez uma declaração de voto, mencionou que concordaram com a saudação ao 1º de maio e com todas as conquistas que isso trouxe para os trabalhadores e embora uma parte na conceção do documento esteja assente em argumentos que lhes deixam algumas reservas, não obstante votaram favoravelmente.

Voto de saudação número 4

Votos contra: 1 (Chega) 1 (IL)

Abstenções: 5 (PSD) 4 (CDS-PP)

Votos a favor: 5 (PS) 1 (CDU) 1 (BE) 1 (Livre)

A proposta foi aprovada por maioria, com 8 votos a favor, 9 abstenções e 2 contra.

Carlos Figueira (IL) fez uma declaração de voto, mencionou que nesta questão dos votos de saudação, eles naturalmente são a favor do 25 de Abril e da comemoração do 25 de Abril, não sendo isso que está em causa, o que está em causa no seu voto contra é o conteúdo que está presente neste voto apresentado pelo BE, isto porque a IL pretende celebrar o 25 de Abril, mas pretende acrescentar valor e não ficar parada no tempo, nas comemorações do passado, é pelo conteúdo deste voto de saudação que votam contra.

Voto de saudação número 5

Votos contra: 1 (CDU)

Abstenções: 5 (PSD) 4 (CDS-PP) 1 (Chega) 1 (IL)

Votos a favor: 5 (PS) 1 (BE) 1 (Livre)

A proposta foi aprovada por maioria, com 7 votos a favor, 11 abstenções e 1 contra.

Voto de saudação número 6

Votos contra: 1 (Chega)

Abstenções: 0

Votos a favor: 5 (PSD) 4 (CDS-PP) 1 (CDU) 1 (IL) 5 (PS) 1 (BE) 1 (Livre)

A proposta foi aprovada por maioria, com 18 votos a favor e 1 contra.

Voto de saudação número 7

Votos contra: 5 (PSD) 1 (Chega)

Abstenções: 4 (CDS-PP) 1 (IL)

Votos a favor: 5 (PS) 1 (BE) 1 (Livre) 1 (CDU)

A proposta foi aprovada por maioria, com 8 votos a favor, 5 abstenções e 6 contra.

Marta Vieira (PSD) fez uma declaração de voto, referiu que não podiam estar mais de acordo, mas que discordam da defesa da regionalização e do sentido mais profundo do 25 de Abril, porque isso refere-se a questões que não estavam no programa do MFA e que causaram muitos danos à economia do país e que ainda hoje nos coloca na cauda da Europa. Foi esse o sentido do seu voto contra.

Voto de saudação número 8

Votos contra: 1 (Chega)

Abstenções: 1 (IL)

Votos a favor: 5 (PSD) 4 (CDS-PP) 5 (PS) 1 (BE) 1 (Livre) 1 (CDU)

A proposta foi aprovada por maioria, com 17 votos a favor, 1 abstenção e 1 contra.

Presidente de Assembleia de Freguesia informou que iriam fazer um minuto de silêncio e de seguida uma pausa, para regressarem às 21h, para iniciar o período de intervenção do público.

Minuto de silêncio.

Pausa

O Presidente da Assembleia de Freguesia reiniciou os trabalhos com o Período de Intervenção do Público. Salientou que está muito contente por estarem ali, para fazer as suas intervenções, já que é muito importante para esta freguesia ter a intervenção do público e o

seu *feedback* de como as coisas estão a acontecer e dos problemas da freguesia. Passou a chamar as pessoas inscritas.

Jorge Rolo mencionou que esteve lá há três meses a falar e tinha cinco pontos. Na última vez, o nosso Presidente da Junta disse que se não há notícias é porque são boas, em relação ao primeiro tema que é a sala de chuto, mora num sítio que, infelizmente, todos os dias, em qualquer hora que saia de casa, tem de se cruzar com os potenciais utentes, não é contra a sala de chuto é, e foi um dos que assinou o abaixo-assinado, contra a localização e foi também graças a isso que o PS perdeu as eleições, porque insistiu na localização. Pediu que alguém lhe dissesse quando é que a sala de chuto seria instalada, desde que não seja a menos de 500 metros de uma escola, para que se veja livre dos 8 a 10 utentes. Acrescentou que a polícia diz-lhe que não fazem mal, são inofensivos e não lhe batem. Referiu que o segundo tema é também ligado com a linha circular, já percebeu que esta coligação entre a Câmara e a Junta não vai conseguir alterar um milímetro na linha circular, que o Governo não vai deixar, para si põe uma pedra na linha circular verde. Terceiro ponto, limpeza urbana, referiu que tem conversado muitas vezes com o Sr. Fernando Baião, tem visto bons sinais, ainda na semana anterior foram, em trinta anos, substituir dois arbustos na sua rua, ficou muito admirado, mas há muitos sinais contraditórios. Não sabe se já têm toda a capacidade, os empregados todos de que precisam, é isso que chama a atenção, sabe que há muitas pessoas que se queixam na Quinta das Conchas, que há muitos arbustos e muitas coisas caídas e que é perigoso para as crianças. Quarto ponto é a tal obra da EMEL, tem telefonado para a Tâmega e eles disseram que ainda não faliram, tinham dito que uma das razões para terem parado a obra da EMEL foi que a Tâmega tinha falido, mas não é isso que eles lhe dizem. É sempre desagradável para quem lá mora e utiliza aquele espaço. O quinto ponto é a ciclovia, mencionou que quer apenas aconselhar, saiu uma lei 8/2022, sobre os condomínios, e essa lei veio responsabilizar civilmente e criminalmente os administradores de condomínios, porque a maior parte das companhias de seguro, e poderia arranjar 700 páginas de jurisprudência, pagam o sinistro e depois vão para cima dos administradores de condomínio acusá-los de falta do dever de zelo. Disse que enviou um email para câmara, esta diz que só regula, mandou um email para a EMEL, que diz que faz estatísticas, a polícia não controla a velocidade, um dia há uma companhia de seguro que se começa a lembrar de acusar a Câmara e a Junta de um mau design ou de uma mau projeto, já não vai falar mais das ciclovias, se é a favor ou contra, só apela apenas para quem tem responsabilidades. O último ponto, muitas pessoas têm falado que tem havido assaltos a prédios por causa das condutas do gaz, ainda

no outro dia houve aí um caso gravíssimo, não sabe se há um maior policiamento ou uma maior atenção.

Emanuel Sousa referiu que ultimamente, no último ano e meio, tem sido um cliente habitual das assembleias de freguesias, quase todas *online*, só falhou a última em dezembro, infelizmente o tema que o leva lá são as obras na Rua Actor Epifânio e as consequências e todo o mal que previram aconteceu, o défice de estacionamento que lhes foi criado, tinham cerca de 69 lugares legais passaram para 39 lugares, se forem agora a partir das cinco da tarde, percebem que as dificuldades de circulação são prementes, estacionamento nem vê-lo e há um défice de estacionamento e há pessoas que já estacionam na zona dos caixotes, estacionam em cima dos arbustos que nos impuseram e outras situações e afins que no fim de contas essa obra de 485 mil euros mais IVA, é uma herança deixada pela EMEL, pelo anterior executivo desta Junta que permitiu que a EMEL por ali entrasse e lhes roubasse os lugares e lhes prejudicasse a qualidade de vida e, pior ainda, não os consultou publicamente para as transformações que aquela rua levou. Realçou que vinha perguntar ao Executivo, nomeadamente à vogal responsável pela mobilidade, sobre quais os próximos passos que irão ser tomados, porque houve uma petição pública, foi à 8ª comissão permanente da assembleia municipal e teve um relatório, relatório esse que foi aprovado por unanimidade, não havendo nenhuma oposição de nenhuma força política lá presente na assembleia municipal em junho de 2021 e uma das muitas deliberações que foi pedida foi que fossem procedidas as devidas diligências e obras para reverter o mal ali efetuado ao nível do estacionamento, ao nível da rua que é uma praceta e que passou de duas para uma única faixa, zonas de estrangulamento, mais ainda tentar reverter a mentira pública que o vereador da mobilidade, Miguel Gaspar, disse à imprensa, que iria lá deixar lugares marcados e se fossem lá contar os lugares hoje à rua, estão lá 39 lugares, essa é a verdade, são os factos. Perguntou ao Senhor Presidente e à Vogal da Mobilidade se há verbas já mobilizadas, o que a Junta pode fazer já para lhes aprovisionar uma melhor qualidade de vida, porque não é só o estacionamento e a circulação que estão prejudicadas, também a higiene urbana é prejudicada, a recolha do lixo e a qualidade de vida diminuiu consideravelmente. Os carros do lixo têm dificuldades em circular naquela rua e quase semanalmente têm a visita de um carro branco da Câmara com dois fiscais, não sabe porquê porque nunca os conseguiu interpelar, que os observa e tira as notas da qualidade do lixo, a fazer a sua volta diária, ou semanal neste caso, para tirar as suas devidas notas. Compreende que há ruas e assuntos mais urgentes na freguesia do Lumiar, mas este impactou diretamente na qualidade de vida dos

cidadãos e por 485 mil euros mais IVA foi-lhes imposta a visão do inferno. Acrescentou que se possível, e com todo o apoio desta coligação dos Novos Tempos, que foi das poucas forças políticas que teve a coragem de ir visitar o local com as obras a decorrer e já finalizadas e viram os passos da destruição da qualidade de vida, o que têm para propor e se há *timings*, se há alguma coisa prevista para já, para os poder ajudar, se não conseguirem reverter já os lugares no espaço de seis meses, que o façam de forma faseada a qualidade e a mobilidade, sabe que são precisos projetos, mas eles moradores, vizinhos, têm vontade de se envolver e de reverter o mal que foi feito. Acrescentou que poderiam deixar alguns espaços verdes que lhes foram impostos, não são contra os espaços verdes, estão é contra os abusos que foram feitos, trouxe outros que também falaram do vogal Baião, tenho de falar bem dele e da sua equipa, que é uma equipa muito diligente, passámos a ter visitas muito regulares aos espaços verde, foram lá retirar os ramos das árvores, portanto se já há mudanças nesse capítulo também gostava que houvesse em outras, porque estão a falar da qualidade de vida de uma centena de moradores numa rua.

Fernando Gonçalves mencionou que trazia dois temas muito concretos, um tinha a ver com o ato jurídico relativo às salas de consumo assistido e o segundo com o atual estado da Rua Prof. Manuel Valadares. Referiu que fez questão de enviar um email, mas são duas questões que no seu entendimento têm de ser resolvidas, sabe que as coisas não são feitas de um dia para o outro e tendo isso em atenção que ainda não tinha vindo pronunciar-se sobre estes temas. Mas já passaram 6 meses, que duram só um ano e não podem adiar para as calendas a resolução destas questões. Queria perguntar: ponto número 1, relativamente às salas de consumos assistido, os moradores tiveram que ir para tribunal para visar a suspensão desse ato administrativo e também pedir a nulidade desse ato e o que é um facto é que temos uma ação em tribunal contra a Câmara Municipal de Lisboa (CML) e neste momento isso não faz sentido, marcar um julgamento e a CML indicar como testemunha o anterior Presidente da Junta e nós o atual Presidente da Junta, não faz sentido e estamos a chegar a um ponto que é completamente absurdo, as associação tiveram de pagar do seu próprio bolso, os moradores tiveram de pagar do seu próprio bolso para irem para tribunal. A posição do atual executivo da Junta foi muito clara em relação a esta matéria, foi uma bandeira clara do mandato eleitoral. Agradeceu ao Sr. Presidente por tem tido uma posição clara e inequívoca sobre este tema e sobre o que pensa sobre aquela localização, não faz sentido existir um ato jurídico que leve a que seja construída uma sala de consumo assistido, quando foi uma bandeira eleitoral e vão ter de pagar aos advogados. Isto é um ato administrativo,

tem de ser revogada esta decisão. Relativamente à Rua Prof. Manuel Valadares, já aqui foi apresentada uma moção, que não conhece o teor, mas que têm de resolver no imediato o que se passa naquela rua, agradeceu por o Sr. Presidente da Junta ter tido uma posição clara sobre esta matéria, sobre o parque de rebocados, existe um consenso generalizado de todas as forças políticas quanto à inadequação daquele espaço. Mas se vai ser construído um grupo, esse grupo tem de chutar à baliza, temos de dizer daqui a alguns meses que temos um projeto. Realçou o completo abandono em que está a rua, perderam 50 lugares, é uma rua em que neste momento ninguém consegue estacionar, todas as ruas estão cheias e repletas de pessoas e vão ter a malha 34 brevemente, como sempre disse e agora se concretiza, mais 2.000 pessoas a viver, será um completo caos quando as residências universitárias estiverem concluídas e os novos prédios e o trânsito e a rua continuarem naquele abandono, uma pessoa para entrar no Lumiar demora mais tempo a entrar na Rua Manuel Valadares do que de chegar do centro de Lisboa até ao Lumiar, imaginem com mais 2.000 pessoas ali a viver, será um tema que vai marcar a vida das pessoas e que não vão conseguir ter qualidade de vida, porque demorar-se mais a entrar na freguesia do que chegar à própria freguesia a partir do centro de Lisboa. Os moradores estão disponíveis para iniciar o trabalho com a Junta de Freguesia. O grupo de trabalho que será nomeado, e acha bem que haja a participação da população, é preciso dinheiro para acabar as obras, as coisas não são feitas de um dia para o outro, quanto mais tarde começarmos pior é e já estão há mais de um ano nessa situação de completo abandono da rua.

Isabel Rebelo referiu que mora no bairro Tobis, a Hollywood de Portugal, mas que ninguém se lembra, acha que se deviam lembrar disso e fazer alguma coisa, mas não é disso que vai falar. Vai falar de coisas básicas, a higiene urbana está insuficiente, as ruas e as escadarias estão sujas, as estradas e os jardins, a deservagem da via pública é insuficiente, a manutenção e a reparação do bairro não acontece, os muros não são pintados, não são reparados, os pinos saem e ali ficam, está tudo muito desarranjado, parece uma terra abandonada, que não é cuidada. Acrescentou que os espaços ajardinados, nas árvores do arruamento há árvores com quotas a bater na cara, as caldeiras das árvores estão sujas e cheias de ervas, realçando que é necessário cuidar. Os relvados não estão bem cuidados, os arbustos morreram. Agradeceu uma árvore que foi plantada na rua na semana anterior. Fará chegar um email com estes pontos todos. É precisa uma papeleira à frente do Auchan, porque não têm onde o pôr. É mesmo importante cuidar do espaço. A médio prazo, nota que é necessário repensar a circulação automóvel e pedonal, os estacionamento e os jardins. Os passeios não dão para

as cadeiras de rodas e não dão para os carrinhos de bebés e veem muitas vezes alguns utentes do Centro de Paralisia Cerebral, há um senhor ou dois que sobem a rua pela estrada de costas. Reforça que o bairro é um remendo de pavimentos, é terrível. Em volta da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, a envolvente, já falou com o Padre, não sabe quem cuida da limpeza e da manutenção e não sabe se sabem, porque aquilo o que está arranjado é ele que paga do bolso dele todos os meses, os ramos e canteiros, as escadas estão todas sujas, há uma casa mortuária atrás, têm carros estacionados até à porta, o pavimento está todo levantado, há um buraco que vai diretamente para o estacionamento subterrâneo e depois há um parque infantil que já não existe. Afirmou que os jovens dizem que não têm onde praticar desporto aqui, indo tudo para o relvado, mas não há campos de jogos e eles jogam nos pavimentos, ali à frente à Tobis, acha que não faz sentido. Se há tantos jovens a morar e a estudar, devíamos dar pelo menos umas balizas, um basquete, faz mesmo falta e querem ter a rua cheia de gente, a rua fica só para marginais. Propõe que o Parque dos Lilases, que está um pouco natural e que tem algumas clareiras, poderia vir a dar um bom parque desportivo sem abater árvores, um parque desportivo central, dentro da cidade, no meio das árvores, sem deitar árvores abaixo. O parque dos Lilases é muito inseguro e não tem iluminação, no das Conchas os passadiços de madeira estão degradados, existem madeiras plásticas muito parecidas, que têm uma durabilidade muito superior. A iluminação é insuficiente, a mata tem muito mato e tem as copas muito baixas e tem medo de andar por lá, tem pena que esta mata não possa ser usada. Temos o Palacete Mantero Belard em ruínas, mais um fontanário perdido que existe no parque, está tudo em ruínas, não se pode admitir isso na freguesia. Depois, referiu que o parque tem falta de vigilância. Já lá teve situações complicadas dentro do parque. O parque à noite não tem vida, temos ali dois restaurantes e tem pena que eles não estejam abertos à noite, porque agora chegam as noites de verão, as pessoas podiam ir para o parque, podiam jogar no parque à noite e assim já seria mais seguro, não sabe se é possível estender os horários de funcionamento daqueles restaurantes. O parque de estacionamento da Junta de Freguesia, aquela zona está mesmo muito má, a vedação está degradada, mesmo quando é limpo fica sujo, há um lixo de estimação que nunca é retirado. O acesso ao parque público, que é por trás, tem um buraco, e depois tem um canteiro enorme lá dentro, com uma palmeira que deve ter morrido, atacada pelo bicho. É olhar para estas coisas. Quem sabe se um dia este bairro possa ser uma coisa mais emblemática.

Ana Paula Pereira referiu que tinha um único ponto para apresentar, que já foi falado anteriormente, situações que já perduram há 6 meses, há 1 ano, há 2 anos, esta situação já

perdura há quase 5 anos. É uma situação em que o tempo não tem ajudado a resolver, muito pelo contrário, tem ajudado a agravar a situação. Enviou uma carta, vai-se orientar por essa carta, para não fugir ao tempo. A 21 de julho de 2017, foi informada a Junta de Freguesia e a Câmara, da existência de um piso deformado no acesso às instalações que estão situadas na Rua Prof. Delfim Santos, nº A B e C, no bairro de Telheiras, um pouco acima da polícia, e efetivamente é um local que dá acesso a um centro que é o Centro NeuroSer que é um centro diagnóstico e de terapias com pessoas com alzheimer e outras patologias neurológicas, como o AVC, Parkinson, um conjunto de patologias para adultos muito fragilizados, que vão àquele centro para procurarem intervenções não farmacológicas, fisioterapia, terapia de fala, terapia ocupacional, neuropsicologia, para ajudar a resolver as dificuldades que sentem no seu dia-a-dia. São pessoas que, pela sua idade, já são muito fragilizadas, pela patologia que ainda têm são pessoas ainda mais fragilizadas do ponto de vista da sua mobilidade e da sua locomoção e o piso está extremamente deformado e o acesso é muito perigoso para estas pessoas e é uma situação que realmente comporta ali um risco muito elevado. Referiu que insistiram e já houve uma deslocação para averiguar a situação. Em 2019. Foi-lhes enviado um relatório e também um conjunto de diligências que foram feitas no sentido de averiguar a situação e estaria para empreitada desde 30 de janeiro de 2018. Estaríamos em empreitada desde 1 de junho de 2018, efetivamente havia aqui realmente uma esperança que a coisa se resolvesse em 2018 e que pudesse finalmente haver alguma tranquilidade do ponto de vista da acessibilidade destas pessoas e do risco que comporta esse pavimento. Referiu que realizaram uma exposição também em 30 de junho de 2021, no período aberto ao público, via *online*, outra no dia 31 de janeiro de 2022, mas o executivo era muito recente, portanto também dificilmente estaria a par da situação e nos dois momentos foi-lhes dada alguma esperança de que as coisas se iriam resolver. Infelizmente, 5 anos passados, nada foi feito, o estado do pavimento agrava-se significativamente a cada dia que passa, com chuvas e tudo mais. Já houve inclusivamente uma queda recente, felizmente não houve nenhum fatura, houve só umas breves escoriações. Apelou aos membros do Executivo, que são de saúde pública, que percebem mais do que ninguém da importância daqui desta situação e que realmente sejam tomadas diligências. Foi feita há pouco tempo uma intervenção um pouco mais abaixo, na rua junto ao centro da Associação de Paralisia Cerebral, e bem, que era um pavimento também deformado, também com uma acessibilidade muito importante, de garantir a segurança das pessoas que o frequentam, porque não fazer algo semelhante naquele curto pavimento e resolver de uma vez por todas esta situação, porque efetivamente uma queda

ali, para pessoas nesta situação, significa um acamamento para a vida, cadeira de rodas para a vida, não é justo para estas pessoas que já estão numa situação tão vulnerável.

Presidente da Assembleia de Freguesia deu por finalizadas as intervenções do público, realçando o interesse e a importância das mesmas. Passou a palavra ao Presidente da Junta, para se pronunciar sobre estas intervenções.

Presidente da Junta de Freguesia agradeceu as intervenções, identificam situações que conhecem menos bem, deu conta disso mesmo. Não vai responder um a um, porque há assuntos que se sobrepõem. Em relação à sala de consumo assistido, é um projeto que não irá avançar, há esta questão pendente do ponto de vista jurídico, já contactaram a Câmara nesse sentido e acredita que os serviços jurídicos da Câmara estarão a analisar a situação. Ainda em relação a essa matéria, reunimos hoje mesmo com a Sra. Vereadora do Urbanismo e essa foi também uma das questões levantadas, que diligências estão a ser feitas para encontrarmos uma situação alternativa, para um equipamento que possa ser implementado, não sendo este, outro provavelmente será útil para os fregueses, já estava sinalizado e hoje na reunião foi novamente abordado. Esperamos em breve poder colocar em consideração aquilo que possa ser uma oferta social para aquele espaço e que possa ser útil para os fregueses. Em relação ao metro, continua a ser uma questão muito cara para nós, a atual obra é um problema em si mesmo e com as diversas limitações à circulação. O espaço que foi ocupado pelos estaleiros, há ali um conjunto de questões, a questão do metro como as acessibilidades ao Estádio de Alvalade, temos ali um conjunto de situações por resolver. Em relação à limpeza e higiene urbana, já recrutaram mais 5 pessoas em relação aos recursos humanos que tinham, estão muito longe dos recursos humanos necessários para uma freguesia com esta dimensão. O posto de Telheiras será uma mais-valia no sentido de alargar essa capacidade, mas não será essa a resolução do problema. Para além deste 5 que já integraram, já foi enviado para Diário da República, esperamos que aconteça na segunda-feira, a abertura de um concurso para recrutamento de 10 assistentes operacionais, com reserva de recrutamento, vamos ver quem concorre, também disse que este concurso tem dois propostos, por um lado reforçar estes meios e dar uma oportunidade àqueles nossos colaboradores, possam concorrer e ver a sua situação de precariedade resolvida. O concurso o dirá, aguardamos que ele possa depois ser tramitado. Em relação ao dito Parque dos Rebocados, junto à Manuel Valadares, foi uma obra que foi abandonada e isso é um facto, a

Câmara já tem conhecimento, recuperou a titularidade da obra e já foi matéria discutida em assembleia municipal e em comissões permanentes, com informação prestada. Também houve oportunidade de ser debatido em assembleia municipal e em comissão permanente, tendo sido ouvido ele próprio, o vereador do pelouro e o senhor presidente da EMEL, o entendimento é que efetivamente é muito mais vantajoso para a população encontrar ali um outro serviço e utilidade que também possa ser de fruição para os fregueses. Falta encontrar essa solução e falta outra matéria, equacionada aqui e bem, que é a rede viária e outra que tem a ver com o espaço propriamente dito, o miolo daquela zona. E em relação à questão da viária, hoje na reunião com a vereadora do urbanismo, essa matéria foi afluída, há um projeto que tem a ver com a construção de um eixo que se prolonga por Santa Clara, é importante que seja concluído para resolver esta situação e fazer face àquilo que são as prováveis situações de aumento de circulação naquela zona fruto do aumento da zona arborizada como também em relação à Alta de Lisboa. Essa matéria também foi discutida e foi sinalizada a questão viária, dependendo do que lá se vai implementar, a outra questão também mas não tem de ser resolvidas a par, podem ser de forma independente. Houve da parte do senhor vereador esse entendimento, estão também a ser ponderadas as alternativas, o parque que lá iria ser colocado também precisa de ser criado, propuseram uma alternativa, também na freguesia, do outro lado da Avenida Padre Cruz, junto à futura sede da Cofidis, que é um espaço sem outra utilizada, podendo ser uma possibilidade, ainda não é um dado adquirido. É uma ideia, vamos ver a possibilidade de o implementar, tendo a Câmara um papel mais central do que nós. Em relação às ciclovias, não é apenas a da Alameda das Linhas de Torres, têm várias situações identificadas, não é segredo que elas estão todas a ser avaliadas pela Câmara. Já sinalizaram vários desses problemas, a expectativa é poder encontrar várias soluções para isso mesmo. Ampliar a rede ou até mesmo suprimir algumas das situações, como em Telheiras, na Francisco Gentil, em que a dupla circulação não se justifica, dentro da Praça Central, é possível fazer esse percurso de ciclovia evitando a colisão com o trânsito rodoviário e com o benefício do ponto de vista da segurança. As questões diversas como a segurança, têm sinalizado junto da Polícia de Segurança Pública, têm tido uma boa receção daquilo que tem sido as suas sugestões. Entregaram recentemente dois veículos elétricos às esquadras que foi iniciativa do executivo anterior e que só agora foram entregues, mas efetivamente vão sinalizar as questões de violência contra as pessoas ou furtos da propriedade, encontrar junto das forças de segurança essa eventual resolução. Rua Ator Epifânio, já lá tínhamos estado, reconhecer o problema, tentaram mitigar esse problema, por agora ainda com toda a frontalidade do ponto de vista infraestrutural, encontrar soluções

funcionais que possam limitar aquilo que acontece no prejuízo gerado à população. Vão explorar essas diversas possibilidades, mas também em relação às outras matérias, como a recolha do lixo, agilizar esse processo, sendo naturalmente possível. Em relação ao Hollywood português, temos todos muito orgulho em termos aqui o bairro da Tobis, o ICA, que também tem umas belíssimas instalações, uma das questões que reunimos com a direção do ICA, no sentido da fruição desse espaço poder ser aberta à população, poderá vir a trazer alguns frutos e portanto que seja no contexto do bairro ou no resto da freguesia, há situações que são transversais, reconhecem que há várias insuficiências e estão a trabalhar para que elas possam ser resolvidas, em relação à higiene urbana, acreditam que há uma melhoria daquilo que tem sido a prestação, a freguesia tem uma dimensão muito grande e não é possível chegar a todo o lado na mesma altura, mas reconhecem que há muita margem de progressão, sinalizar o que foi também dito, aquelas questões mais pontuais, façam-nos chegar, que resolvem com maior agilidade, a papelreira, a pequena intervenção. Há margem para intervir. Em relação à mobilidade, também foi discutido na reunião com a senhora vereadora do urbanismo, esta questão, nomeadamente no eixo Rainha Dona Amélia é uma matéria que tem sido amplamente discutida, temos naquele eixo uma série de instituições com mobilidade importante. Concordam com o diagnóstico de insuficiência de infraestrutura desportiva e pretendem resolver essa oferta, estão a explorar essas diversas possibilidades, em articulação com as diferentes instituições associações e clubes de freguesia, encontrar maneira de partilhar os espaços que existem e encontrar novos que possam ser também eles utilizados. Em relação às questões genéricas da Quinta das Conchas, é um espaço da CML, mas naturalmente aquelas sugestões serão veiculadas por quem de direito e encontrar as soluções que permitam quer do ponto de vista da manutenção e da recuperação de algum do património que lá se encontra, possam eventualmente ser resolvidos. Em relação ao parque da Junta, presume que estão a falar do parque que fica por trás do edifício, esse parque não é da Junta, é do ICA, também para isso existe um projeto, o ICA gostava de ver essa solução resolvida, mas é uma situação que está dependente também da EMEL, no sentido deles poderem fazer as obras necessárias para que aquele espaço possa passar a funcionar. De acordo com o que lhe foi transmitido, o processo esteve quase para ser finalizado, mas, entretanto, a coisa acabou por não se materializar e o processo não avançou, mas esperam recuperar agora esse processo e avançar para que ele se possa resolver. Sinalizar que não é efetivamente da Junta, é pertença do ICA. Como de resto, parte importante de todo o espaço envolvente à antiga Tobis. Muitos dos espaços são efetivamente espaços do ICA, mas que estão em usufruto público, também sinalizar isso mesmo. Em relação às imediações da

NeuroSer, também identificar o problema, tentar intervir sobre ele. Não que resolva o que quer que seja, mas temos recentemente a questão dos canteiros que foram articulados com a NeuroSer, que possa ser uma atividade interessante e útil para os frequentadores do centro, mas têm de encontrar uma solução para fazer uma intervenção mais estruturada e que possa resolver o problema de mobilidade nessa zona. Não é uma matéria em que tenham avançado muito, com a informação que fez chegar, tentaremos a encontrar uma solução para tentar resolver o problema.

Presidente da Assembleia de Freguesia perguntou se algum membro das bancadas dos partidos políticos se alguém quer fazer uma intervenção.

Mário Lopes (PSD) referiu que a questão da linha circular, é que digamos depois da vitória do Partido Socialista nas últimas eleições qualquer tentativa de travar a construção dos viadutos no Campo Grande estava votada ao fracasso. As obras de ampliação do Rato ao Cais do Sodré já estavam demasiado adiantadas para se poder voltar para trás. Quando a obra estiver concluída e começar a funcionar e a população vir o que está a acontecer, a tendência será isto mudar, se o PS sair do governo a mudança será direta, passa para a linha em laço, se o PS estiver no governo terá a ver com o impacto eleitoral que isso terá nessa altura. Eles próprios fazerem a linha circular, neste momento o que o governo está a fazer é uma fuga para a frente. A população será prejudicada, não quiseram dar parte fraca, nos próximos 3 anos não vamos ter novidades. Mas ainda não acabou, daqui a 3 anos há mais.

Presidente da Assembleia de Freguesia pediu ao presidente para avançar com a informação escrita.

Presidente da Junta de Freguesia afirmou que a informação está disponível na informação escrita, considerando que não fará sentido repeti-la de forma integral. Realçou que isto diz respeito ao último trimestre, incluindo o período desde a última assembleia de freguesia. Realçou que levaram a cabo aquilo que é a administração da freguesia, com as reuniões habituais do executivo, entre as quais as reuniões públicas, à semelhança desta assembleia de freguesia. Realçou que na última segunda-feira de cada mês são bem-vindos os fregueses para participarem na reunião pública, recebem os fregueses com todo o gosto. Além desta oportunidade de intervir nesta assembleia, para relatarem os problemas que identificam, têm

todo o gosto em os receber, sendo que os horários estão divulgados no *site*. Afirmou que tiveram também a oportunidade de reunir com múltiplas instituições da freguesia, mas ainda não com todas, já que é uma freguesia vasta, com um património associativo bastante volumoso, mas que seguramente também o farão. Além das instituições da freguesia, também reuniram com a vereação, com outras instituições e departamentos da Câmara, no sentido de identificar a forma de progredirmos em vários projetos. Reuniram com organizações sindicais, etc.. Acolheram as eleições aqui na freguesia, não apenas aquelas que decorreram em todo o território, mas também o voto antecipado, também ele decorreu aqui, o *feedback* é que as coisas correram de forma positiva, tendo havido uma boa participação da freguesia, com uma abstenção bastante abaixo. Afirmou que fizeram algumas candidaturas a projetos para encontrar melhores soluções para o território, no âmbito da sustentabilidade ambiental e no âmbito da pobreza energética. Abordou os jardins da paz, que tem acoplado todo o projeto, com uma forte componente de participação dos cidadãos, para divulgar e promover a paz, mas que recomenda que vejam também. Esperam ser bem-sucedidos na candidatura e aguardam pelo que o júri europeu irá decidir. Disse que sabem bem o que se passa na Ucrânia e que colaboraram com a Câmara Municipal, e diversas organizações, para fazer a recolha de bens, para serem enviados para a Ucrânia. Comemoraram o 756º Aniversário da freguesia, com um espetáculo que contou com a colaboração das várias das instituições da freguesia, sob as quais temos a tutela direta, e que contou com a participação de quatro anteriores presidente das Junta de Freguesia do Lumiar, tendo sido atribuídos um conjunto de condecorações e aproveitaram também, tendo que até então não tinha sido possível, para fazer a entrega dessas condecorações, a quem tinha sido agraciado em 2020 e 2021. Realçou que a Junta teve as suas prestações do ponto de vista de emissão de atestados, enfim, o funcionamento habitual que cabe dentro das competências da Junta e que têm agora disponível o apoio ao envio do IRS, disponível mediante agendamento. Estão a progredir no sentido da automatização e encontrar as soluções que permitam agilizar os pagamentos à distância, para que possa melhorar o funcionamento da Junta e melhorar o serviço aos cidadãos. Em relação ao autocarro, que estava parado há algum tempo, foi possível e também implicou algum investimento do ponto de vista de alguma mecânica e recrutámos um motorista que já está ao serviço das instituições e dos fregueses e temos já um conjunto de atividades para as quais o autocarro já foi utilizado. Do ponto de vista dos recursos humanos, temos um quadro que é abaixo daquilo que todos desejaríamos, houve mobilidade diversa por parte dos nossos funcionários, pessoas que por razões várias foram para outras

instituições no âmbito da função pública, transitaram e mobilizaram aqui para a freguesia. Tentaram resolver algumas questões pendentes.

Presidente da Assembleia de Freguesia agradeceu a explanação da informação escrita e de seguida abriu um tempo para os membros dos partidos poderem comentar e questionar o Sr. Presidente.

Pedro Ângelo (PS) afirmou que por uma economia de tempo, há pouco não fez essa intervenção, mas que quer fazer agora, nomeadamente dar nota ao Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia e de apelar que a próxima assembleia de freguesia fosse melhor preparada no que diz respeito à distribuição dos documentos. Já nem vai iludir sobre a convocatória, porque fica na reserva da comunicação que lhe dirigi, mas relativamente à distribuição dos documentos quer dar nota, não sabe se aconteceu o mesmo com os demais partidos políticos, houve membros da assembleia de freguesia do PS que não receberam nem a convocatória, quanto mais os documentos. Deu nota que esta assembleia de freguesia, referente à prestação de contas, só no dia anterior receberam o parecer do revisor oficial de contas e sobre isto tem várias coisas a informar. Acrescentou que já na última assembleia de freguesia, havia dúvidas sobre as contas da freguesia serem auditadas ou não. A verdade é que esse documento só surgiu ontem ao final do dia e é verdade que o ontem o PS participou com o executivo numa reunião, ao abrigo do estatuto de oposição, onde deu conta que esse documento estava em falta. O Presidente reconheceu que esse documento não foi distribuído, que foi o último a ser remetido e que foram remetidos durante a tarde todos os documentos antes da ordem do dia e esse foi o último a ser remetido. Realçou que quando o Presidente disse que a Sociedade fez chegar o documento à Junta na passada sexta-feira, dia 22, tinha demorado tantas horas a ser distribuído aos membros da assembleia de freguesia, mas talvez venhamos a perceber agora com o conteúdo da minha intervenção. Acrescentou que queria também dar nota, Senhor Presidente da Junta de freguesia, saudar o tom com que fez a sua intervenção no dia de hoje, que contrasta e muito com aquilo que fez na última assembleia de freguesia. Quero saudá-lo, porque deixou de olhar para o retrovisor e para o passado e para aquilo que supostamente era uma herança pesada, que agora vamos analisar se a herança era tão pesada ou não. Porque o que o Sr. Presidente na última assembleia fez foi induzir algumas forças políticas, que pela primeira vez têm a oportunidade de serem eleitas para a assembleia de freguesia, deu nota de que não havia identificação das

contas, pois tem ali um documento que vai identificar o que é que foram as contas do último mandato e depois deixar à consideração de todos para fazerem a avaliação e as considerações que entenderem. Começou pelo ano de 2018, nesse ano houve um total de receitas de 5.395.902 euros, já não vai aos cêntimos, relativamente à despesa houve uma despesa de 5.196.063 euros e, portanto, a receita gerada, descontando o saldo transitado, cifrou-se em 5.224.291 euros e a despesa em 5.196.063 euros, o que permitiu um saldo de execução orçamental corrente na ordem dos 28.228 euros. Sobre isso, sobre as contas de 2018, importa saber também que as contas de 2018, na reunião de abril de 2019, foram aprovadas por todas as forças políticas por unanimidade. Em 2019, a receita total cresceu significativamente, foram 6.991.455 euros e a despesa total cifrou-se apenas em 5.745.026 euros, ou seja, mesmo descontando o transitado, estamos a falar de uma receita gerada, só em 2019, de 6.731.739 euros e uma despesa total de 5.745.026 euros, o que permitiu um saldo de execução orçamental corrente de 986.712 euros. Estas contas de 2019 foram somente aprovadas na reunião de junho de 2020, uma vez que a assembleia de freguesia de abril ficou comprometida com o surgimento do Covid e mais uma vez foram aprovadas pelas forças políticas representadas na assembleia de freguesia do Lumiar por unanimidade. Passou ao exercício de 2020, nesse ano houve uma receita total de 6.670.882 euros para uma despesa total de 5.231.177 euros. Se considerarmos apenas gerada em 2020, então temos 5.484.453 euros para uma despesa de 5.231.167 euros, o que dá, mais uma vez, um saldo de execução orçamental corrente de 253.275 euros. Estas contas de 2020 foram aprovadas na reunião de abril de 2021 por todas as forças políticas representadas na assembleia de freguesia do Lumiar, mais uma vez por unanimidade. Sobre estes 3 últimos exercícios, todas as forças políticas não ousaram sequer suspeitar das contas, tendo inclusive aprovado as mesmas por unanimidade, faltou só mesmo a chamada aclamação. Afirmou que quando agora tentam construir uma narrativa de que o anterior executivo deixou contas por pagar e uma situação financeira descontrolada, tudo isso resume-se a uma grande patranha, em bom português. Passou ao ano de 2021, o Bernardo está muito chitado eu já percebi, mas vai perceber uma coisa, é que o executivo suportado pela sua bancada nem tem conhecimento de alguns factos, mas já lá iremos, porque se calhar vai ficar muito surpreendido sobre coisas que foram discutidas aqui na última assembleia de freguesia e que estes senhores já decidiram aprovar sem dar qualquer tipo de comunicação, nem ao abrigo do estatuto de oposição, nem um email, não deram conhecimento disso. Foi levantada pelo João Condesso do Chega a questão da certificação e da auditoria externa, quem introduziu a auditoria externa foi o anterior executivo do Partido Socialista e isso começou a ser feito a partir do exercício de 2015. Realçou que é verdade que

antes disso não era obrigatório, mas a verdade é que as contas são auditadas e, portanto, são certificadas por uma empresa revisora oficial de contas, mas já lá iremos. Aliás, resulta, ó João, percebi que não estava por dentro dos assuntos, é natural, quem começa nestas coisas é assim, resulta do artigo 67 da Lei das Finanças Locais e nós atingimos um determinado nível de receitas que obrigou a que as contas passassem a ser certificadas desde 2015. A primeira designação tem de ser feita pela assembleia de freguesia, somos nós que, sob proposta do executivo, que deliberamos sobre qual será a revisora oficial de contas para prestar esse serviço e a primeira vez ocorreu em abril de 2016. No momento em que estamos a aprovar as contas de 2021, o Executivo nada propõe relativamente aos auditores que irão fazer a certificação de contas de 2022 e o exercício já está em curso. Relativamente então ao trabalho efetuado pelas revisoras oficiais de contas sobre o exercício de 2021, primeiro deu nota que fazem um esclarecimento no mapa 21 dos documentos remetidos, que diz respeito aos contratos de delegação de competências, não consta curiosamente o contrato de delegação de competências de maior valor, que foi assinado no anterior mandato com a CML, e isso é matéria grave porque se virem no documento, a certificação legal de contas, o tal documento que só chegou ontem ao final da tarde, pelo menos ao PS, não sabe se aos outros chegou mais cedo. O ponto 3 diz o seguinte “a rúbrica de rendimentos a reconhecer apresentada no passivo inclui um montante de 3.048.067 euros, igual ao de 2020, referente a transferências recebidas e a receber da CML no âmbito do contrato de delegação de competências, o valor a receber no montante de 1.860.000 euros, de quase 2 milhões de euros, encontra-se e está representado, está a pronunciar aquilo que está escrito, não nos foi evidenciada os programas desse CDC e desconhecemos se o seu prazo de execução foi prorrogado, adicionalmente desconhecemos se o montante de 1 milhão já recebidos será exigido pela CML. Assim, não nos é possível aferir em que extensão o ativo e o passivo poderão estar sobreavaliados. Voltou a dizer que este CDC não consta do mapa 21 e a situação é gravosa porque estamos a falar de um CDC que tem uma verba a receber da CML de 1 milhão e 860 mil euros. São quase 2 milhões de euros de coisas que este executivo pode fazer ao longo deste mandato e portanto a dita patranha que não têm dinheiro para fazer, tanto que ele foi prorrogado aqui nesta assembleia de freguesia. Quis solicitar à mesa, se o Sr. Presidente da Assembleia o permitir, que sejam distribuídos os documentos que aprovaram, quer o CDC quer a prorrogação do CDC, para que a sua execução possa ser feita até 31 de dezembro de 2022. Perguntou se podia pedir a alguém dos serviços para distribuir pelas forças políticas. São 4 documentos, fez dez cópias para distribuir, uma à mesa e nove às forças políticas. Não há qualquer motivo para dizer que não há dinheiro para executar

obra, porque existe um CDC que está em vigor e que está certo se ele não for executado pela Junta de Freguesia do Lumiar, a CML deliberará uma nova prorrogação, à semelhança do que foi feito no passado, porque nada o impede. Relativamente à questão do parecer e da revisora oficial de contas, diz o seguinte sobre as demonstrações orçamentais a determinada altura, no último parágrafo diz “a receita corrente bruta em 2021, no montante de 5 milhões mil 309, inferior à despesa corrente paga no mesmo, que totalizou 6.122.940 euros. O valor negativo que se apura de 813.738 euros é superior a 5% das pelo que não foi cumprida a regra do equilíbrio financeiro. Lamentamos muito que uma empresa revisora oficial de contas e que induziu em erro o executivo, não quer acreditar que tenha sido o contrário, foi aprovada uma lei em Assembleia da República, 6 de 2020, que suspende a aplicação da regra do equilíbrio orçamental, porque tanto em 2020 e em 2021 foram dois anos fortemente penalizados pela pandemia, cujas entidades públicas tiveram de dar uma resposta, viram as suas despesas crescer e as suas receitas diminuir. E sobre isso, o Sr. Presidente na última reunião disse expressamente que não tinha conseguido identificar situações concretas de quebras extraordinárias de receita, ou de despesas extraordinárias com o Covid. Realçou que lhe ia fazer o favor de, olhando para as contas que lhe remeteu, de extrair o seguinte, quebras extraordinárias da receita, CAF participação dos agregados, passou a haver uma isenção, portanto houve uma quebra de receita de 38 mil euros. Suspensão de cobranças de mercado 15.000 euros. Licenças 39.000 euros. Licenças devolvidas 25.500 euros. Só neste subtotal temos aqui uma quebra extraordinária de receitas de 117 mil e 600 euros. Relativamente às transferências da CML não realizadas, CDC da limpeza e da higiene urbana, aquele problema que temos na freguesia e que todos reconhecemos que há dificuldade, a CML não realizou transferência no valor de 50.000 euros. Contrato inter-administrativo para a limpeza e higiene urbana a CML não realizou transferência no montante de 60.000 euros. Transferências da CML e reconhecidas na informação trimestral com os CAFs 94 mil euros. Membros das mesas, 13.000 euros. Fundo de Emergência Social alimentação, 94.017 euros. Fundo de Emergência Social e outras despesas 6.650 euros, ou seja nesta outra grande rubrica temos um subtotal de 317.767 euros. Relativamente às despesas extraordinárias com a Covid, entrega de refeições 9.600 euros. Programa de refeições em restaurantes locais 74.862 euros. Reforço alimentar frutas e fresco 19.155 euros. Reforços com pessoal em CAFs por causa da pandemia, 120.000 euros. Reforço de pessoal de vacinação 16.000 euros. Testes Covid que fizeram aos fregueses e aos prestadores de serviços e também aberto às pessoas das eleições, 22.497 euros. Apoios a coletividades Covid, subsídios que foram entregues pela questão da Covid 37.120 euros. Apoios a entidades CAF Covid 20.000 euros. Outras

despesas extraordinárias que o Presidente há pouco elencou foram por exemplo a aquisição e a atribuição de duas viaturas à PSP, só essas 2 viaturas custaram 54.120 euros. Isto para dar nota que de facto houve despesas extraordinárias em 2021, porque foi um ano diferente, foi um ano de pandemia e, portanto, toda essa narrativa, toda essa suspeita que o anterior executivo teve um descontrole das contas não tem qualquer adesão à realidade e está aqui justificado onde é que o dinheiro foi parar. Acrescentou que vai-lhe dizer isso, olhos nos olhos, porque não é nem o Sr. Presidente nem nenhum membro do seu executivo que coloque em causa a idoneidade das pessoas que pertenceram ao anterior executivo ou qualquer membro desta assembleia do PS, isso não aceitam, isso os Novos Tempos, o que vieram fazer foi transportar aqui para a assembleia de freguesia um nível de conflitualidade que nunca se assistiu. Está ali o João Freire de Andrade, que há pouco tempo dizia que estava aqui há 16 anos, a seguir deve ser a Clara que está aqui há mais tempo e que aliás pertenceu ao anterior executivo. Quando assumimos o poder em 2013, quando merecemos a confiança dos fregueses para formarmos executivo, nós nunca fomos capazes de lançar esse tipo de narrativas. A gente pode dizer que tem muito dinheiro na conta, mas não tínhamos nenhum autocarro, o pavilhão não tinha piso. Sendo omissos um documento tão importante como um CDC, que tem uma verba por receber de perto de 2 milhões de euros, eu faço a pergunta a esta assembleia, se estaremos em condições de votar a prestação de contas, nomeadamente com um parecer da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que está completamente inquinado porque diz que não tem conhecimento desse CDC. Eu já pedi, mas pelos vistos não disse a ninguém dos serviços, que tenho aqui os documentos para distribuir. São deliberações desta assembleia de freguesia. Relativamente à informação trimestral, quis dar nota do seguinte, o Sr. Presidente fala em mobilidades e da saída de 9 pessoas, dos quais 4 técnicos superiores, 1 coordenador técnico e 4 assistentes operacionais, o que provocou em tão pouco tempo a saída de 9 pessoas? Deu nota que a determinada altura, quando o Sr. Presidente da Assembleia era o líder da bancada do CDS, uma das coisas que persistentemente acusou o anterior do executivo foi da prestação dos serviços, quis dar nota, e que o Bernardo o oiça, face à última informação trimestral do anterior executivo a prestação de serviços subiu de 77 para 89 pessoas. Sobre isto também quis dar nota, quando falam sobre o descontrole de contas herdadas do anterior executivo, ao menos o anterior executivo dignava-se em dizer quem eram as 37 pessoas, qual era o objeto do contrato e qual era a, o que não acontece agora. Sr. Presidente, volto a repetir, num curto espaço de tempo 77 prestação de serviços para 89 prestação de serviços, isto é demonstrativo da incongruência da narrativa de dizer que não há dinheiro para pagar funcionários, quando depois

contrataram mais 12 pessoas. Relativamente à questão do SIADAP, quis dar nota que o executivo aqui andou bem, tentou resolver um problema que estava pendente, mas gostaria de saber qual foi a empresa de consultoria de recursos humanos que fez o trabalho, se o relatório que ela fez é partilhável ou não pelas forças políticas desta assembleia de freguesia e qual foi o custo para esta consultoria, atendendo que a situação financeira da Junta era tão crítica. Quis também perceber porque é que as transferências correntes do município diminuíram tanto no primeiro trimestre, questionando se há alguma dificuldade no relacionamento com o executivo municipal. Procedeu-se à abertura de um procedimento de serviços de auditoria externa, sobre o núcleo da tesouraria, é o relevante. Referiu que iria antecipar algumas novidades, se forem ao Portal Base, conseguem perceber que essa auditoria já foi contratada à BDO, pelo montante de 29.500 euros e portanto, sobre isto também tinha algumas perguntas a fazer. A informação de que já foi contratada e de quanto foi o seu custo, gostava de perceber o que é que antecedeu este procedimento, quem definiu as entidades a convidar, quem definiu o âmbito da auditoria, em que prazos em que ela será realizada. São tudo questões que ficam em aberto e que aliás o deixou com a percepção de que iram discutir nesta assembleia de abril o âmbito da auditoria e depois tomariam uma decisão em assembleia de freguesia sobre a realização ou não dessa auditoria, até porque deveria ser participada por todos, de forma a ser o mais transparente possível e não ser utilizada como uma arma de arremesso político. Realçou que o PS sobre isto dorme descansado, quem não deve não teme, e estarão totalmente disponíveis a participar na auditoria e prestar todos os esclarecimentos, quis que soubessem que relativamente à prestação de contas de exercícios de 21 não houve sequer um telefonema, tendo eles executado 9 meses desse exercício. Dirigindo-se à Joana Barata Lopes, afirmou que gostava que lhe dissesse sobre o serviço de reencaminhamento jurídico, o que é que justificou, numa situação tão difícil de tesouraria, que se prescindisse dos serviços do anterior advogado afeto a este serviço, para a contratação pelo valor de 24.000 euros mais IVA à Sociedade Rui Gomes da Silva, não sei se conhecem o Dr. Rui Gomes da Silva, mas é uma destacável militante do PSD e anterior ministro do governo do Dr. Santana Lopes. Não conseguem perceber o porquê da razão da escolha, são relações de confiança, é um serviço a ser prestado aos fregueses, mas anota que o anterior contrato que o anterior executivo tinha era no montante de 14.400 euros. Só nisto houve um aumento de 66% da despesa. Se a situação fosse assim tão crítica e tão difícil nas contas da freguesia, não permitiria este tipo de contratações. Mas não ficou por aqui, porque também encontraram no Portal Base um novo contrato para serviços jurídicos, que foi feito com a sociedade Zibaia da Conceição e respetiva esposa Catarina pelo mesmo montante, 24.000

euros. Só em advogados, temos aqui um valor somado de 48.000 euros. Escusou-se a fazer qualquer ironia sobre isso, mas apresentou uma informação trimestral em que no núcleo da saúde nada colocou. No que concerne ao apoio direto a coletividade, também se recorda de na anterior assembleia, de dezembro, tendo sido justificado que não tinham conhecimento sobre os montantes e a regularidade dos mesmo a atribuir às diversas coletividades, mas, entretanto, percebeu que o responsável pelo desporto, já alguém lhe deu nota, o que todos os anos é combinado com os clubes. Na página 67, já se encontra lá vertida as transferências. Relativamente à limpeza e higiene urbana, quis dar nota também do que consta no relatório, página 71, que houve uma avaria no nosso autotanque e essa avaria ainda não foi reparada, ao longo destes primeiros 3 meses não houve uma única lavagem nas ruas da freguesia. Vão dizer que não havia dinheiro para o autotanque, mas houve dinheiro para contratar prestadores de serviços, houve dinheiro para ir contratar uma auditoria quando as contas já eram certificadas por auditores externos a uma empresa conhecida no mercado, que é a BDO, por 29.500 euros, houve dinheiro para ir contratar advogados a preços superiores aos que tinham sido praticados pelo anterior executivo. Isto fica à consideração dos senhores, para perceberem que tudo isto são opções políticas. Na página 77 do relatório disse que há falta de fiscalização dos espaços verdes e atribuem isso aos serviços da Junta. Por fim, destacou que, num extenso relatório de informação trimestral, tenham dedicado 13 páginas a fazer um relato sobre aquilo que aconteceu nas redes sociais da Junta, para si e para o grupo político do PS nesta assembleia de freguesia, só pode dizer que aquilo que os senhores pretendem fazer é apenas pura propaganda. Pediu esclarecimentos sobre aquilo a que se referem os regulamentos, tendo o Sr. Presidente inclusive cometido a inconfidência de lhe disser ontem na reunião que eram regulamentos externos, gostava que me dissessem se os mesmo foram sujeitos à consulta pública, porque, confessa, não deu conta disso, tenham sido publicados no *site* e se assim foi, considera que devem saber também que não podem votar, mas só apreciar esses regulamentos, sem a consulta pública não é possível de serem votados já nesta reunião.

Presidente da Assembleia de Freguesia referiu que em relação aos documentos e ao seu envio, já houve aqui várias forças políticas que ali durante a hora da pequena refeição me vieram dizer que registaram positivamente a altura em que os documentos foram enviados, porque foi a primeira vez que se enviou com algum tempo de antecedência. Os documentos foram enviados na sexta-feira à noite. Houve de facto alguns problemas na receção desses documentos por algumas pessoas, sendo que ainda não conseguiram perceber o porquê, não

no envio dos documentos do período da ordem do dia, mas sim das moções e recomendações, houve alguns problemas, não sabem porquê. Algumas pessoas receberam, outras não. Têm ali provas de envios recorrentes, para tentar ter a certeza e assegurar que toda a gente estava a receber as coisas. Mas os documentos do período da ordem do dia foram enviados com uma antecedência que não se lembra de uma antecedência destas. Deixe-me registar-lhe que foi feito um esforço para estes documentos seguirem com alguma antecedência. Tinha pedido para falar do Sr. Presidente, da informação escrita, e temos aqui outros pontos e que já terá entrado neles, que são os documentos de prestação de contas e os documentos de revisão do orçamento. Quando foi intervir, pensei que iria intervir sobre a informação escrita do presidente e não sobre as contas. O Sr. Presidente ainda não terá tido a oportunidade de falar sobre esses dois assuntos, falou muito resumidamente, porque eles também faziam de facto parte da informação escrita, mas ainda não fez a apresentação completa. Passou a palavra ao executivo para responder às perguntas.

Joana Barata Lopes (Tesoureira do Executivo da Junta de Freguesia do Lumiar)

solicitou a defesa da honra, já que foi visada num assunto bastante concreto. A resposta política, sem prejuízo daquilo que os restantes vogais possam acrescentar, fica a cargo do Presidente. Referiu que o Sr. Pedro Ângelo citou diretamente o seu nome, no que diz respeito à contratação de uma aquisição de prestação de serviço jurídico e quer dizer várias coisas sobre isso. Realça que bem que já está no Portal Base, esforçaram-se bastante para regularizar a situação de transparência no Portal Base, com a contratação da plataforma da VortalGOV para a contratação pública, uma vez que veio sempre a indicação de que não havia clareza porque era uma maioria de ajustes diretos. Está no Portal Base, mas também está no Portal Base o conteúdo do contrato e este não diz apenas respeito ao reencaminhamento jurídico, mas também serviços jurídicos e apoio ao executivo. O que de facto interessa, foi relativamente àquilo que é a mudança do prestador de serviços, acrescentou que a jurista que cá estava saiu, quando chegaram nunca a conheceram, ela já cá não estava, nunca a conheceu e, portanto, tiveram que suprir isso porque precisavam de alguém, para além de mais nas condições em que encontrámos os procedimentos ou a ausência de procedimentos nesta Junta de Freguesia, nos pudesse ajudar na prestação de serviços jurídicos. Sobre a insinuação que foi feita, como gosta da transparência, quer que fique transparente que jamais, jamais em qualquer sítio onde já tenha feito política, jamais faria uma insinuação desse género, como jamais diria que o advogado que cá estava era ao mesmo tempo assistente do gabinete jurídico do, à altura, presidente de Câmara, Fernando Medina, e que agora está também na CML a

prestar apoio, depois de ter saído daqui, aos membros vereadores da oposição do PS. Presumi que se o PS pode usar da prerrogativa de ter advogados da sua confiança pessoal, o PSD, neste caso a coligação, também o pode. Foi uma insinuação direta que parece desadequada e bastante deselegante.

Pedro Ângelo (PS) mencionou que o que está no portal base é o contrato, solicitou que lesse lá as cláusulas, para ver onde está o caderno de encargos associado ao contrato, onde está o caderno de encargos? Este é que define o âmbito do contrato. Aquilo que disse foi pela questão da despesa. Disse que advogados e médicos são escolhidos de acordo com relações de confiança, não sendo a questão do escritório que foi escolhido, aliás referiu Rui Gomes da Silva, nem referiu outro nome qualquer, aquilo que quis dar ênfase foi que o valor do contrato que tiveram no passado era substancialmente inferior.

Presidente da Assembleia de Freguesia passou a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia.

Presidente da Junta de Freguesia esclarece que pensava que estava na informação escrita do Presidente. Se assim não é, tem todo o gosto de seguir as recomendações do Presidente da Assembleia. Não percebe porque é que uma força política é privilegiada em relação às outras. Gostamos sempre de ouvir o Pedro Ângelo, na boa tradição socialista desta casa de usar o máximo tempo possível para explicar os assuntos ou levantar as questões que muito bem entende e aqui estamos nós, membros do executivo, para responder ao escrutínio de vossas excelências. A ansia de comentar o relatório de contas do ano transato era tanta que até saltou para o ponto seguinte, mas lá chegaremos. Em relação às questões concretas do relatório, porque era esse o ponto que estávamos a discutir, em relação às questões que levantou, no que diz respeito à saúde reconhecer que houve um lapso, oportunamente farão chegar a todos os membros da assembleia de freguesia, através da mesa da assembleia, o capítulo referente à saúde, que estava listado no relatório, mas que não tinha efetivamente conteúdo e reconhecer que houve aí um lapso. Em relação à parte dos clubes, esclareceu que efetivamente faltava um conjunto de protocolos e vai-lhe explicar porque faltavam, era porque não existiam os protocolos, não tinham documentação que comprovasse quais eram os compromissos assumidos com as instituições e daí que fosse preciso encontrar naquilo que eram as transferências habituais e nos contactos com os clubes, encetados pelo vogal do

pelouro, quais eram esses montantes, porque não estavam protocolados, não havendo documentação que sustentasse, tinham que encontrar maneira de suprir essa falta de informação e foi isso que foi feito. Não estava documentado nem protocolado. Em relação à higiene urbana, afirmou que há uma carência, houve um conjunto de equipamentos que não estavam operacionais e alguns demoraram mais tempo, outros menos a serem reparados. Por exemplo, há quanto tempo é que o autocarro estava encostado, tem ideia? Há quanto tempo o autocarro da Junta não funcionava? Respondendo à questão da demora da reposição de funcionamento de um conjunto de equipamentos, em relação aos espaços verdes, há aqui uma questão, em relação ao autotanque, ele não se avariou depois de 19 de outubro, ele já estava avariado antes de 19 de outubro. É verdade que demorou a fazer-se a reparação, mas já herdaram esse problema do executivo anterior, o que deveria ter sido resolvido de forma atempada, as múltiplas questões que tiveram de resolver não permitiram resolver todas as situações. Em relação aos espaços verdes, tem a ver, e não há aqui nenhuma crítica aos funcionários da JFL, a quem muito devem o funcionamento desta Junta em condições de total desorganização. Aquilo que encontraram foi uma grande desorganização e à custa da resiliência dos funcionários é que as coisas iam funcionando, não há uma crítica aos seus funcionários há antes um reconhecimento do seu trabalho que muito empenhados no sucesso da Junta conseguiram, apesar das dificuldades, mante-la em funcionamento até então. Mencionou que gostou muito de o ouvir falar de propaganda, gostam de aprender com quem o sabe fazer, essa crítica que nos faz em relação ao elencar daquilo que são os resultados das redes sociais, não tem a ver com propagandas, mas com o identificar aquilo que foi a maior ligação, etc.. Não anunciámos ali parques de rebocados provisórios, não avisámos ali que íamos mudar de opinião sobre a localização do metro a 15 dias das eleições, não fizeram nada disso. De propaganda não têm experiência, mas estão sempre disponíveis para aprender com quem o sabe fazer bem. Sobre as questões levantadas, falou das contas de 2021. Disse então que há problemas em relação às contas e reconhecer aqui que efetivamente houve um problema no envio desse documento, mas que, como bem sabe, o documento foi emitido pelas ROC sexta-feira passada. Nesse sentido, não havia razão nenhuma para nós ocultarmos o documento do conhecimento das forças políticas e quando detetámos o problema, precisamente durante a reunião ao abrigo do estatuto de oposição, fizeram sinalizar junto de quem o podia fazer que havia esta falta e ela foi oportunamente resolvida. Em relação às questões das contas, como vamos ter oportunidade de discutir no ponto próprio, o relatório reflete duas componentes, uma diz respeito ao executivo anterior e outra componente ao atual, em tempo foi enviado ao Tribunal de Contas as contas

intercalares do vosso exercício, mas efetivamente as contas foram enviadas ao Tribunal de Contas, as contas intercalares, que refletem o exercício até à tomada de posse do novo executivo. Portanto, as contas estão claras, o que pertence a um executivo e o que pertence a outro. O que é factual é que quando tomaram posse não havia liquidez para fazer face às faturas que tinham sido assumidas pelo executivo anterior, isto é um facto e este facto manteve-se até há cerca de 15 dias atrás, quando veio a segunda tranche dos CDCs, porque os senhores, ao contrário do que estava a dizer, em relação à primeira tranche dos CDCs, quando deviam ter negociado com a CML à época, durante o mandato não era depois de terminado o vosso mandato, era durante o mandato deveriam ter negociado as intervenções ao abrigo desses CDCs e a única verba dos cerca de 3 milhões de euros que foi contratualizada com a Câmara estavam negociados 20.000 euros. Não havia de facto esse acordo com a Câmara e portanto essa falta de acordo fez com que a segunda tranche não nos fosse transferida e havia um conjunto de intervenções, projetos, financiamentos, subsídios atribuídos, que tinham sido feitos com esse dinheiro, mas que não tinham sido ao abrigo dos CDCs, a verba tinha sido gasta, seguramente gasta em questões que o executivo decidiu, foram opções políticas que fizeram, o que é facto é que olhando, por exemplo, para os saldos, o saldo que nos foi entregue é substancialmente mais baixo do que o saldo que havia em termos de disponibilidade ao longo, pelo menos, dos registos que tiveram acesso do ponto de vista do acesso online do *e-banking*, quando assumiram a presidência da Junta tiveram um conjunto de faturas não pagas, dívidas a fornecedores que não conseguiram liquidar, dívida essa que foram tentando resolver, que daí que há pouco tenha mencionado no relatório trimestral que as despesas equivaliam às receitas, já que estavam a liquidar o que era possível e não liquidavam mais porque não havia verba para o fazer. Só quando chegou a segunda tranche é que o poderem fazer, a segunda tranche que só foi possível fazer chegar porque foram negociar com a Câmara retrospectivamente em relação a matérias para as quais o dinheiro tinha sido gasto e tentaram enquadrar nos CDCs e contaram com a colaboração e com a negociação com a Câmara para essas verbas. Ainda em relação à questão dos CDCs, há outras verbas, além destas da primeira tranche, que é as que foram negociadas, para poderem chegar à segunda tranche, e que também já estão gastas. Efetivamente, a questão que se coloca era que havia um desfasamento importante entre a receita e a despesa. Considerou curioso que o fosse rotular a ele de negacionista da Covid, não reconhecer que a Covid tinha tido um impacto nas contas da Junta, ou na nossa vida coletiva ao longo deste dois anos, eu de negacionista Covid, ainda bem que isto está a ser gravado, porque de facto só pode gerar alguma incredibilidade. Naturalmente que houve aqui um conjunto de matérias

que o Sr. membro da assembleia de freguesia Pedro Ângelo enumerou, essa e eventualmente até outras, seja de perda de receita seja de aumento da despesa, reconhecidamente. Houve também outras atividades de despesa que não se realizaram, por exemplo, em termos de execução, pouca coisa foi feita porque as coisas estavam paradas. Realçou que muita obra poderia ter sido feita, aproveitando isso, como a UTIL, por exemplo, com a UTIL encerrada haveria de ter sido útil aplicar os recursos nas reparações que o espaço necessitava quando não estava em uso. Foi um exemplo. Não aconteceu, é verdade que houve receita que não aconteceu, despesa que não aconteceu, despesa que aconteceu, mas também houve despesa que não aconteceu. Realçou que não estava a dizer que se equilibram umas às outras, está apenas a relatar aquilo que é factual. Em relação a essa matéria, efetivamente quando assumiram a Junta tinham muito pouca margem do ponto de vista financeiro. Afirmou as tais opções políticas, que acha que havia muitos recursos disponíveis para o podermos fazer. É importante realçar que as verbas que aqui nos trouxe, dos contratos que referiu, são verbas anuais e que naturalmente fracionadas naquilo que são retribuições mensais. Mesmo em relação à questão jurídica, a tesoureira já o mencionou, a nossa resposta do ponto de vista do apoio jurídico tinha sido prejudicada pela saída de uma jurista que aqui estava a tempo completo, o que aconteceu foi que a jurista que nos prestava serviço externo, particularmente dedicado àquilo que é o aconselhamento dos cidadãos, dos fregueses, adicionalmente foi contratada essa componente, mas também o apoio do ponto de vista jurídico, não havia recursos humanos, inclusivamente e lamentavelmente quando nós tomámos posse, a nossa jurista do quadro estava com incapacidade temporária, estava de baixa, verdadeiramente no dia em que tomaram posse não havia um jurista a prestar serviços aqui. Precisávamos urgentemente de ter essa capacidade de resposta, sendo certo que ainda mais sendo o executivo entrado de novo, a experiência não era aquela que um executivo já muito rodado poderia ter, estavam a aprender e também aprendem com os erros dos outros. Em relação às questões do orçamento, porque levantou a questão de haver menos receita e mais despesa, é verdade, mas quando vocês apresentam o orçamento para 2021, já tínhamos a pandemia durante todo o ano de 2020 e portanto apresentar o orçamento de 21 igual ao de 20 que por sua vez era igual ao de 19, talvez não tenha sido uma opção muito avisada, porque já era previsível que quer a receita fosse menor quer a despesa maior, em 2021 seguramente que já tínhamos que acautelar coisas que já tinham acontecido em 2020, o que efetivamente era experiência que já tinham acumulado de executivo, surpreende que assim tenha acontecido ou então houve aqui outras situação que, por opções políticas, foram diferentes em 21 do que tinham sido até então. O que é facto é que o resultado operacional de 2021 é, pelo que

os senhores poderão ver, de 1 milhão e 200 mil negativos, porque os senhores gastaram a verba de coisas, nomeadamente transferências de CDCs, que não tinham sido contratualizados e portanto o dinheiro pura e simplesmente tinha vindo a primeira tranche, esta tinha sido transferida e gasta. Quando chegaram, esse dinheiro já não existia é isto que está, tão-somente, refletido nas contas e em relação a essa matéria os serviços prepararam as contas inclusivamente sinalizar que quer o contabilista quer as revisoras oficiais de contas são contratações do executivo anterior, e, portanto, também diria, somos nós insuspeitos de condicionar o que quer que seja ou de condicionar o relatório para refletir uma visão nossa ou uma narrativa ou uma possível narrativa das questões, são profissionais que os senhores contrataram e que trabalharam convosco e que depois que trabalharam connosco. Seria difícil que fossem eles a criar aqui alguma narrativa, contando com a colaboração destes profissionais, que têm regras éticas e deontológicas muito claras, têm que cumprir e as contas ainda que nós não concordemos com elas, e já agora dizê-lo, no seio do executivo houve várias manifestações de desconforto em relação à questão das contas, mas as contas nós não temos de gostar ou desgostar delas, não temos que as achar que as opções foram boas ou más, as contas o que têm que fazer é refletir a realidade, os serviços apuraram essas contas e elaboram as tabelas, que permitem refletir as contas, que têm regras de contabilidade do ponto de vista da administração pública e portanto em relação a estarmos aqui a criar uma narrativa com estas contas, contas são o que são, os senhores membros da assembleia de freguesia têm a oportunidade de as ver, as revisoras tiveram a oportunidade de as ver e de as pronunciar, ainda que tardiamente, por lapso o documento chegou mais tarde, mas tiveram-no ainda ontem, e são quatro páginas, acredita que tiveram a possibilidade de o ler em tempo útil. Em relação a essa matéria, elas refletem o que aconteceu e efetivamente os senhores deixaram a Junta numa situação calamitosa, numa situação muito difícil e sem recursos para fazer face às despesas que os senhores tinham assumido, isto é um facto, e só conseguiram saldar essas dívidas há bem pouco tempo, quando foi possível chegar à segunda tranche dos CDCs, cuja parte inclusivamente já está consumida por vários compromissos assumidos pelos senhores e portanto não têm margem para negociar e frisa, é muito importante que fique claro, este CDC é do vosso mandato, naturalmente que ele foi estendido e este documento que nos fez partilhar, que agradecemos, este documento que fez partilhar reflete essa extensão, nada tem a ver com o que foi contratualizado. A contratualização não era da assembleia, era do executivo, coisa que os senhores não fizeram, portanto assumam que não fizeram, porque não tiveram tempo, porque acharam que não era importante, porque acharam que iam ganhar a Junta e a Câmara e resolviam depois, assumam qual foi a razão.

Factualmente, os senhores tinham o compromisso de negociar esses CDCs, não o fizeram e com isso deixaram a Junta numa situação financeira insustentável, isto é um facto que está refletido e sustentado porque não conseguíamos fazer face às despesas que tínhamos para pagar, não tínhamos em documentos carregados no banco, que não conseguiam executar porque tínhamos menos de 10 mil euros na conta, isto foi um facto que foi o que aconteceu aqui até há 15 dias atrás e portanto esta dificuldade de termos que nos justificar perante os fornecedores, de haver enorme pressão junto do executivo, dos funcionários, isto é um facto, não é ficção. Foi a realidade, os senhores deixaram uma situação que não permitia à Junta pagar os compromissos que tinha assumido e nós não enjeitamos esses compromissos, são assumidos pela Junta e nós cá estaremos para os assumir. Foram criar condições para garantir um mínimo de governabilidade nesta casa, que incluiu naturalmente reforçar a componente jurídica que tinha entretanto deixado de existir, houve vários funcionários, que por razões várias, aproveitando para entrar nessa matéria, que por mobilidade, foram para outras organizações, para a Câmara de Almada, para o Instituto de Registos e Notariado, para a Câmara de Loures, para a Câmara de Lisboa, houve vários pedidos de funcionários para a mobilidade para outros serviços da administração pública, da nossa parte, enquanto membros do executivo, entendemos que também era nosso papel não cortar as pernas às pessoas e impedir que elas fossem assumir funções noutra local. Já agora, aproveitou para dar uma nota, nem sequer ache que acrescente valor, dizê-lo que houve outras situações de pessoas que queriam vir trabalhar para o Lumiar, mas que essa mobilidade não foi autorizada, cada um gere as suas casas, nós sentimos depois dificuldade em algumas situações, em suprir essas necessidades, nomeadamente quando são funções muito específicas e muito especializadas e daí que tenham contratado diversos recursos humanos, para suprir essas falhas e nós reconhecemos que mesmo com o que tinham herdado já era difícil fazer face àquilo que eram as necessidades de funcionamento da própria Junta, isso reconhecemos, daí que a tal desorganização não permitiu que uma série de coisas acontecessem, não permitiu que uma série de coisas funcionassem, quiseram que passassem a funcionar. São coisas que para eles são difíceis de perceber, pegando nas questões dos recursos humanos, em que tinham cá desde 2018 o sistema de controlo biométricos instalado e não os tinham posto a funcionar. Tinha-os comprado, tinham tratado de instalar o *software* porque é que que ele não estava a funcionar? Estamos a falar de 2018 e não de janeiro ou fevereiro de 2019, um período em que teria sido possível implementar essas soluções, porque é que não o fizeram? Estamos a falar do SIADAP, a consulta sobre os processos, esse processo foi feito com a empresa, senhor membro da assembleia de freguesia se foi ao Portal Base também deve ter encontrado

este contrato, foi a City Hall, a quem foi adjudicada esta tarefa e que fez a tal avaliação, que vem refletida no relatório escrito. Identificando algumas questões que eventualmente carecem de ser esclarecidas, daí que tenhamos pedido à CCDR que os esclarecesse, para que possamos tratar da situação com o cumprimento da estrutura legal, estamos a aguardar para resolver essas situações. As situações que foram apuradas como sendo, não tenho nenhum tipo de problema, foram comunicadas aos trabalhadores e terão repercussão na sua remuneração e eventual aumento salarial, caso se constate que ele existe. Em relação à questão da auditoria, ela foi feita com base em consulta prévia, foi feita nomeadamente em relação à dificuldade que havia em fazer o pagamento da totalidade numa única vez, uma das questões que foi incluída foi precisamente o fracionamento do pagamento em vários meses, porque não tínhamos capacidade para o assumir em apenas uma tranche, daí que tenha sido fracionado para que ela possa ser paga. Em relação à questão do âmbito, evidente que o âmbito foi discutido pelo executivo, julga que a questão não estava em trazer à mesa da assembleia de freguesia a definição do âmbito, foi levantado por um dos membros da assembleia da freguesia, também havia interesse da nossa parte e aliás o Sr. membro da assembleia de freguesia, Pedro Ângelo, referiu que já era prática implementada também pelo PS, não haveria razão para fazermos diferente. Se calhar percebi de forma errada.

Presidente da Assembleia de Freguesia solicitou à assembleia, aos membros dos outros grupos políticos, que queiram comentar a intervenção do Sr. Presidente, a informação escrita.

Bernardo Correia de Oliveira (CDS-PP) quis só fazer um ponto de ordem à mesa, o Presidente da Junta acabou de responder ao Dr. Pedro Ângelo, que agora temos de o chamar Dr., chamaste nervoso e chitado hoje. Eu queria só perceber, da sua intervenção anterior disse que ia responder ao Pedro Ângelo. Quis só perguntar, se interviam agora para o primeiro trimestre de 2022 ou deixavam falar o Executivo, ou falavam de tudo no final?

Presidente da Assembleia de Freguesia disse que era para responder às perguntas que foram feitas e fazer a apresentação do documento relativo à prestação de contas e à primeira revisão ao orçamento.

Presidente da Junta de Freguesia afirmou que a senhora tesoureira tem um ponto que gostaria de apresentar.

Joana Barata Lopes (Tesoureira do Executivo da Junta de Freguesia do Lumiar) esclareceu que é uma interpelação à mesa. Tem a ideia que as contas, para serem aprovadas depois da meia-noite, é preciso que a assembleia de freguesia autorize e lhes diga que podem depois da meia-noite, é isso que tem de acontecer. Pediu um esclarecimento.

Presidente da Assembleia de Freguesia pôs à consideração da assembleia de freguesia a aceitação da votação das contas para lá das 24h.

Pedro Ângelo (PS) fez uma interpelação à mesa, referiu que antes de se proceder à votação, na sua intervenção de há pouco deu nota que com este documento da sociedade revisora oficial de contas, com esta certificação do Tribunal de Contas julga não estarem reunidas as condições para se fazer hoje a votação das contas do exercício de 2021. No que concerne ao entregar as contas até dia 30 de abril junto do Tribunal de Contas, está certo, até porque já viu isso acontecer noutras entidades, se for uma justificação, concederão um novo prazo para a apresentação das contas. Como lhe diz, a certificação legal de contas que foi feita aqui pela sociedade revisora oficial de contas está ferida em dois pontos, um relativamente à questão do CDC que não está junto das contas que foram apresentadas, nomeadamente no mapa 21, voltou a dizer sobre isso que não houve qualquer tipo de esclarecimento prestado e estão a falar de uma verba de 1 milhão e 160 mil euros, que está identificada no ativo e depois também têm uma conclusão errada na parte relativa às demonstrações orçamentais, quando dizem que é uma violação do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, porque não foi cumprida a regra do equilíbrio financeiro, quando esta estava suspensa por aprovação de uma lei da Assembleia da República, para os exercícios de 2020 e 2021, fruto precisamente dos dois anos de pandemia. Esta certificação oficial de contas não pode ter uma conclusão nesse sentido, ou se tiver, e se quiserem como é evidente, a assembleia é soberana, o PS nunca poderá aprovar estas contas em consciência.

Joana Barata Lopes (Tesoureira do Executivo da Junta de Freguesia do Lumiar) pediu desculpa, que esclarecessem, que parece importante para as pessoas que estão a ouvir, mas para serem esclarecidos, que são os membros desta assembleia que fiscalizam este

executivo. Não têm acesso àquilo que são os documentos enviados para os membros da assembleia, caso contrário teriam percebido, não tinham esperado pelo momento em que exerceram o estatuto de oposição para dizerem que não tinham recebido a certificação, falta neste documento, nesta certificação legal de contas, há um documento que diz que é um parecer favorável à aprovação, é essa a certificação. Pediu que imprimissem a primeira página desse parecer, porque ali só tem a certificação oficial de contas, o relato, não têm a primeira página, que vem assinada e dá parecer positivo acerca das contas. Também relativamente aos CDCs, os contratos de delegação de competências, nomeadamente estes a que referiu o Sr. membro da assembleia de freguesia, são contratos estabelecidos ao longo de um mandato com a CML, este ainda corresponde ao executivo anterior, do Dr. Fernando Medina, porque houve prorrogação devido à pressão da Covid, ainda assim, nessa prorrogação as regras mantêm-se e as regras são estas, foram de facto apresentados um montante de 3 milhões que foi acordado entre a CML e a Junta de Freguesia do Lumiar e esses 3 milhões representavam um conjunto específico de projetos que a JFL contratou ao abrigo do CDC do mandato. É transferida a primeira tranche que são os tais 1.240 mil euros que gostava que lessem bem o que está lá escrito. Desconhecem se o montante já recebido será exigido pela CML, porque, de facto, quando chegaram, a única informação que recolheram sobre os CDCs, para que o CDC passe à segunda tranche, é preciso não apenas que esteja executado, mas é preciso que esteja pago e executado dentro dos projetos que havia dentro destes 3 milhões, estavam 40 mil euros. Para além disso, conseguiram, junto da Câmara, relativamente a projetos que tinham sido apresentados, chegaram, mais ou menos, aos 400 mil euros, significa que no limite teriam de devolver 800 mil, porque na realidade, não havia execução e quando não há prova de execução o dinheiro teria de ser devolvido, felizmente, mal seria, a juntar àquilo que já não tínhamos se tivéssemos de devolver seria catastrófico. Não quer insinuar, se tivesse mantido o executivo, porque não faz insinuações desse género e hoje já tiveram as suficientes. Esta frase que aqui está diz, adicionalmente, que desconhecem se o montante de 1.240 mil euros já recebido será exigido pela CML, porque não havia nenhuma evidência da execução desse montante.

Pedro Ângelo (PS) referiu que era importante esclarecer isso, relativamente à verba que foi entregue ao atual presidente da Junta, nas reuniões que houve de passagem de pasta, e os dossier que foram entregues pela CML, dando nota da execução destes montantes, até tem ali uma lista das intervenções que foram feitas e que todas somadas correspondem ao montante, está tudo liquidado. A determinada altura, provavelmente o erro é do

comunicador, o que pede aos membros da assembleia de freguesia é que leiam o número 3, não é só a questão da eventualidade ou não de o valor de 1 milhão e 240 mil euros ser exigido como devolução à CML, é logo o primeiro parágrafo. A auditoria diz que o prazo de execução deste CDC foi prorrogado, os documentos que fiz distribuir, o que daí se extrai é que houve uma deliberação nesta assembleia a aprovar uma alteração ao CDC, em que depois foi assinado pelo município e pela freguesia do Lumiar a estender a prorrogação para 31 de dezembro de 2022. Qualquer membro desta assembleia, há pessoas neste executivo que eram membros da assembleia, nomeadamente o senhor Presidente, porque compete ao órgão de gestão facultar os documentos para a sociedade revisora oficial de contas poder fazer o seu trabalho. Sobre a questão da conclusão que é tida sobre as demonstrações orçamentais, é extraída uma conclusão errada, porque diz que se for realizada a regra do equilíbrio financeiro, quando esta regra estava suspensa. Esse documento, salvo melhor opinião, não está em condições de ser aprovado por esta assembleia. Tem de ser revisto. A questão da suspensão da regra do equilíbrio financeiro é uma lei da Assembleia da República, as senhoras deveriam ter conhecimento, não se pode votar uma coisa que tem uma conclusão destas. Quer que saibam, como é evidente, caso estivesse existido a regra do equilíbrio financeiro, isto até podia no limite levar a responsabilidades junto do tribunal de contas. Não estamos a falar de coisas displicentes.

Presidente da Assembleia de Freguesia referiu que gostaria que a assembleia de freguesia votasse a disponibilidade desta assembleia de fazerem uma votação depois das 24h.

Votaram a favor o PSD, o CDS, a IL, o Chega, a CDU e o BE. O PS e o Livre abstiveram-se.

6 abstenções e 13 votos a favor.

Como têm votos majoritários, vão avançar para a votação depois da meia-noite.

Presidente da Assembleia de Freguesia pergunta ao Presidente da Junta se quer acrescentar mais alguma coisa sobre estes pontos.

Presidente da Junta de Freguesia sinalizou que devolveram-nos da Câmara um documento em que a única coisa recebida foram os tais 20 mil euros, o senhor Presidente da Junta do Lumiar em 18 de outubro, véspera da tomada de posse desta assembleia e deste

novo executivo, que saiu das eleições, se terá deslocado até à Câmara no sentido de entregar essas declarações, mas como era o dia de tomada de posse da Câmara, não foi possível, factualmente à data da nossa posse isso não estava assegurado, na prática, se assim tivesse acontecido, qual teria sido o argumento para a segunda tranche não ter sido transferida. O funcionamento dos CDCs tem a ver com a transferência de uma verba correspondente a 40% do total do CDC, chega a segunda tranche no valor de 30%, perante a evidencia da execução e pagamento dos 30%, chegam os 27% subsequentes e com a evidencia da execução e do pagamento dos 27% da terceira tranche chegam os 3% restantes, que permitem regressar ao processo. No caso de não haver lugar a contratação dessas intervenções, a Junta teria de devolver o dinheiro, é o que está escrito no ponto 3, Isso não estava à data, 31 de dezembro de 2021, isso não estava assegurado. Em relação à questão da prorrogação do prazo, percebe o que se está a dizer, e vê-se inclinado a concordar, essa interpretação, tal e qual como a interpretação das regras de equilíbrio orçamental, não prejudica o parecer que é esta folha, esta segunda que foi remetida corresponde ao relato, mas este parecer é aquilo que certifica as contas e não lhe parece que haja qualquer questão que possa ser levantada. É mencionado que foi emitida a certificação com reservas da parte integrante.

Presidente da Assembleia de Freguesia perguntou se algum membro dos partidos representados na assembleia quer fazer uma intervenção sobre o que já foi dito e sobre a informação escrita do Presidente.

João Condesso (Chega) quis dar algumas pequenas notas, a qualidade dos relatórios considera que deveriam melhorar. Quando estamos a ler os relatórios, os mapas não têm os títulos completos, não se percebe bem a qual informação se refere, se é anual, se é trimestral, poderia melhorar. Não cortar quadros, de uma página para a outra, que complica o entendimento e a apreciação. Há dúvidas, verificaram que as secretárias estavam avaliadas 1.600 mil euros, deve ser um engano, não é possível. Rever os relatórios de higiene urbana, na zona do bairro do Tobis, dá nota que há um número exagerado de execução que não se verifica na prática. Acrescentando que há pessoas que moram nesse bairro e que não conseguiram verificar esses números. Por fim, saudou a candidatura que a Junta está a fazer ao programa de bairros digitais, já que é uma ferramenta que pode ajudar bastante a fomentar a economia local e a criar na freguesia uma marca de progresso digital ligado aos comerciantes

e aos negócios locais. Tiveram muito gosto em auscultar a disponibilidade de diferentes associações da freguesia em colaborar nesta candidatura e serem parceiros e propor à Junta esta iniciativa que espera que chegue e que a candidatura seja aprovada para o bem da freguesia e o desenvolvimento local.

Bernardo Correia de Oliveira (CDS-PP) colocou duas perguntas e quis responder aos apartes do Pedro Ângelo. O espaço cidadão em Telheiras, o que é que pensam fazer? Gostaria de perceber qual a reflexão que já fizeram ou o que estão a pensar fazer. Quis também fazer a mesma questão sobre o Mercado do Lumiar, o que se pode fazer de diferente e acrescentar. Por último, quis só dizer ao Pedro Ângelo, confessa que tem alguma dificuldade, tem saudades do antigo vogal do desporto do anterior executivo, não reconhecia este novo líder do PS, para si é uma surpresa, é só um aparte pessoal. O CDS tem muito orgulho em ter votado as contas e toda a nossa ação nos últimos 4 anos, o CDS sempre deu um voto de confiança às contas do executivo, mesmo recebendo esta documentação toda com um atraso e com 48 horas de antecipação face à reunião do executivo. Mas não falou do ano de 2021, o que quis dizer é que se em quatro anos em três deram um voto de confiança, no último ano sentiu que esse voto foi um abuso de confiança. O segundo ponto, o CDS, como sabe, por diversas vezes interveio sobre o caminho que a Junta estava a tomar, está gravado, e sempre frisaram que vocês estavam a consumir as reservas, tanto quanto me lembro de memória, quando entraram tinham cerca de um milhão de euros e também foi dito nessa altura, nos últimos 4 anos, que vocês estavam a colocar em causa o equilíbrio financeiro da Junta, isto não é nenhuma surpresa. Deram os votos quando acharam que os deviam dar, mas o ano de 2021 é um ano em que se deu um abuso de confiança do vosso lado e não um voto de confiança do nosso lado.

Carlos Figueira (IL) referiu que vamos ter mais uma contração de 10 pessoas, temos o autocarro arranjado e contratámos um motorista, defendem tanto quanto possível a maior parte destas questões devem ser tratadas como serviços e prestação de serviços, já temos 3 milhões com recurso humanos, é um peso enorme, quando é serviços ficamos com a possibilidade de gerir serviços, temos um motorista contratado, senão o autocarro fica parado, se fosse um serviço a empresa traria outro motorista para o conduzir, o que faria era contratar o serviço com outro autocarro e motorista. A preocupação da IL em não carregar em demasiado com esta questão dos recursos humanos, nomeadamente com áreas que são

serviços, tudo o que possa ser considerado um serviço, a higiene urbana pode ser um serviço contratado. O outro ponto é a questão do *site*, compreende e tem que ter o seu tempo de maturação, com que data é que nos podemos comprometer? Era termos uma noção sobre isto.

Francisco Ferreira (Livre) referiu que o Carlos Figueira propôs contratar uma empresa externa, devo antecipar-me a isso. Em relação à prestação de contas de 2021, há certificação legal, de facto é difícil votar a favor disso porque há frases no texto que são marcantes. Não sabemos exatamente o que estamos a votar. Concretamente não temos os dados para votar isso. Em relação à comunicação do Presidente, a primeira em relação aos documentos, tinha falado na assembleia anterior que de facto os documentos não eram o ideal e agora melhoraram, essa parte está melhor. Agora, de facto houve o problema na forma como eles são entregues, por email, depois faltou um documento, são 10 emails, há pessoas que não recebem. Verificar se há outra forma de fazer isso, tipo pasta partilhada, recebem o *link* por email e têm acesso a todos os documentos lá, seria muito mais fácil. Este é um tema que tem de melhorar. Referiu que ficou sem perceber, em relação à avaliação de desempenho, se daqui para a frente será sempre a entidade externa ou se será feita internamente. A segunda pergunta, em relação à auditoria, qual é que é o âmbito, que dúvidas surgiram, que indícios levaram a que isso seja adjudicado. Em relação às taxas, a ocupação da via pública, o ano passado não foi cobrado praticamente nada e está escrito que a Junta não dispunha de um processo claro de licenciamento e ocupação do espaço público ou se foi por causa da pandemia. Por último, um pequeno comentário em relação ao orçamento, visto que a receita subiu 5% em relação ao trimestre anterior, de pandemia, sendo que no total do ano está prevista que a receita aumente 15%, o que já é bastante superior ao aumento atual, as receitas abaixo daquilo que é exetável e espera que não aconteça o mesmo do que é dito em relação ao orçamento de 2021, espera que caso isso aconteça não se façam os erros que foram feitos.

Presidente da Junta de Freguesia mencionou que em relação à qualidade dos relatórios, neste momento também pretendem melhorar a qualidade dos mesmos e o momento em que ele é remetido, trabalharão no sentido de os tornar não só mais sucintos, não ocupar 13 páginas com as questões das redes sociais e serem apresentadas em menos páginas, mas também fazer com que ele seja mais inteligível para todos e não haver esquivos em relação ao mesmo. Incluir também todas as partes, como aquelas da saúde. No que diz respeito ao

inventário, referiu que há ali um problema com a codificação dos itens, que tem a ver com a passagem da plataforma da empresa que nos faz o inventário para a plataforma do FreSoft, houve aí um problema na transição, que levou a que aquele valor astronómico fosse imputado àquela rubrica, que vão corrigir, para que fique correto e que não induze em erro quem o possa consultar. Em relação às perguntas sobre o espaço cidadão de Telheiras e sobre o Mercado, o primeiro esteve encerrado durante este período em que haveria menos procura, foi assegurada a acessibilidade dos cidadãos, seja por via de marcação, assegurando transporte do mesmo até à sede da Junta. Atendendo ao volume de procura, não têm sentido a necessidade de o reabrir, mas é algo que está naturalmente em cima da mesa e que vão avaliando em função dessa evolução. No que diz respeito ao Mercado, mencionou que estão todos insatisfeitos com a baixa assiduidade ao mesmo e parte das propostas que estão incluídas na alteração ao regulamento têm a ver com essa melhoria naquilo que é o funcionamento do Mercado, essa é a perspetiva em que o Núcleo de Apoio às Atividades Económica está a trabalhar. Em relação à questão dos recursos humanos, de serviços *versus* regime de contrato de trabalho em funções públicas, ideologicamente temos aqui dois blocos em conflito, mas a nossa questão é mais do que ideológica, é uma questão até do próprio funcionamento da Junta, em funções nucleares que são da competência direta da Junta faz sentido que mantenhamos uma força de trabalho perene, com a redução de precariedade dos trabalhadores, para que eles possam assegurar essas funções de forma o mais eficaz possível. A abordagem vai muito nesse sentido, só para clarificar, em relação ao motorista, duas dificuldades, uma um mercado muito difícil para recrutar este tipo de recursos humanos, nomeadamente transporte coletivo de passageiros com o transporte de crianças, sendo uma certificação muito própria e o mercado estava difícil, tivemos muita dificuldade em recrutar, ele não é um regime de contrato de funções públicas, é um recibo verde, uma prestação de serviços, só para clarificar, atendendo a essa questão e o autocarro é um ativo importante da Junta no sentido em que é muito solicitado pelas associações, pelos fregueses, tem sido o facto de estado inoperacional durante bastante tempo, foi um problema e agora tem sido importante os diversos serviços que tem prestado. Em relação ao *site*, não têm uma data de calendário, mas têm uma sequencia de coisas que têm de acontecer, nomeadamente precisam de aprovar a componente plurianual para o *site* e para os servidores, que irá permitir implementar as ferramentas de *front office* da FreSoft, a ferramenta de software de gestão autárquica, que vai agilizar os tais serviços para os fregueses e com a integração dessas funções então o *site*, há aqui uma parte do *site* que não depende disto, mas a ideia é que este processo seja encadeado e que possa resultar dessa forma. Esclareceu que não tem nenhuma

data, mas tem um conjunto de sequências, de coisas que têm que acontecer até ao *site* estar online. O horizonte não é seguramente seis meses, estão dependentes da implementação dessas diversas soluções. Em relação à questão da prestação de contas, que é o ponto a seguir, pode responder já que efetivamente mais uma vez a questão que se coloca tem a ver com a certificação e há parecer positivo das revisoras, se assim não fosse não dariam um parecer positivo e não viram isso como uma limitação para a aprovação do mesmo, pela assembleia de freguesia, sendo certo, como já referiu, o que está ali em causa é se concordam com a forma como o dinheiro foi aprovado, como foram feitos os investimentos, o que está em causa é se reflete ou não aquilo que foi a contabilidade da Junta durante o período de 2021 e isso está preto no branco, dito pelos revisores, que reflete, dão um parecer positivo em relação a essa matéria. Em relação aos documentos, houve ali ainda um problema porque foram enviadas duas versões do documento, uma assinada e outra não assinada, que inicialmente íamos ter uma assinatura manual, o que implicava que tinha de ser remetido o ficheiro antes de ser assinado e digitalizado porque senão incorriam no mesmo problema da edição anterior em que não era possível pesquisar os documentos, por isso é que houve essa situação de serem remetidos ambos os documentos, um assinado eletronicamente e outro que não tem essa assinatura, são ambos iguais, mas foi uma duplicação desnecessária. Em relação à entrega dos documentos, da sua parte a forma como são distribuídos não têm nada contra, em vez de haver múltiplos emails haver um único repositório onde essa documentação poderia estar, seria para todos mais fácil ter tudo numa pasta onde pudessem aceder, mas caberá à mesa, da parte da Junta encontrará solução para que isso se possa agilizar, estão obviamente disponíveis. Em relação ao SIADAP, o que foi feito foi um processo de consultoria aos processos de cada trabalhador que já estava aqui na Junta e foram identificados que processos estavam em condições de serem comunicados aos trabalhadores e nos casos que assim seja justificar uma progressão salarial, os casos que não têm questões foram analisados e depois houve decisão no sentido de ser comunicado aos trabalhadores, situação diferente foi identificar os eventuais problemas e proporem as eventuais soluções, mas é ao executivo que compete encontrar essas soluções, alguma delas são internas, no que diz respeito por exemplo à ponderação curricular, tem que ser feito o processo de ponderação curricular de cada um dos candidatos, vão ser feitos, já foi nomeada a comissão de avaliação. Em relação à auditoria, é uma auditoria aos procedimentos, não houve nenhum indício, achámos que era uma prática adequada perante a entrada de um novo executivo. O que é facto é que quando lá chegaram, havia uma situação financeira muito difícil e isso está plasmado nos documentos, os dados financeiros não enganam, como o algodão. Pegando

no saldo existente, ele é substancialmente diferente em janeiro de 2022 do que era em janeiro de 2021, menos 1 milhão e 200 mil euros, esse dinheiro foi aplicado e isso está refletido no relatório. Em relação às taxas, não é uma situação única que explica essa diferença do ponto de vista das contas.

Presidente da Assembleia de Freguesia solicitou ao Presidente da Junta para avançar com o inventário, o documento de prestação de contas e a revisão orçamental.

Presidente da Junta de Freguesia mencionou que o inventário reflete aquilo que a empresa apurou como sendo património da Junta, tendo um relatório em anexo que inclui as diversas aquisições. Há aqui diversos artigos importante como os veículos, questões como as diversas obras que foram elencadas. Há aqui duas plataformas com os dados, uma a plataforma da empresa e a outra a plataforma da ferramenta FreSoft, temos de limar algumas arestas em relação à emigração de dados de uma para a outra. Passou para a apresentação da prestação de contas, mencionou que elas refletem o exercício de 2021. Como já foi dito, inclui uma componente do executivo anterior e outra componente do atual, foi feito com base naquilo que os serviços apuraram. Adicionalmente, disse que foram enviadas ao Tribunal de Contas as contas intercalares, que refletem os dois exercícios, do mandato anterior e do atual. Têm acesso à capa da certificação legal de contas emitida pelas ROC, sabem também que temos a auditoria em curso e também não podem deixar de refletir que este exercício foi, ao contrário do que aparentemente teria sido a minha opinião, fortemente condicionado pela pandemia e isso não está em causa, que a pandemia não tenha tido aqui um forte impacto naquilo que foi o exercício de 2021, tal como teve nas vidas de todos. Em relação aos números, naturalmente que houve uma descida importante do ponto de vista do saldo, esse fator teve muito a ver com um decréscimo importante da receita, mas principalmente à custa de um enorme aumento da despesa, teria eventualmente havido alguma suborçamentação, se em relação a 2020 não era previsível o que se viria a verificar, em relação a 2021 já tínhamos efetivamente um ano de pandemia, teria sido avisado eventualmente acautelar isso, quer do ponto de vista da despesa, mas também do ponto de vista da receita. Em relação à questão dos CDCs, já foi amplamente referido que a verba que tinha sido recebida também tinha sido aplicada em outras questões e também em CDCs que depois foram possíveis incluir mediante negociação com o atual executivo da Câmara. Acrescentou que houve aqui um aumento importante das transferências, nomeadamente para as associações. Isso está refletido também

no relatório, o saldo da execução levou a que esse saldo se cifrasse em 1 milhão e 287 mil euros negativos e portanto tendo em conta o que tinha sido herdado anteriormente, deixou o saldo orçamental reduzido a 151.744 e 54 cêntimos. Adicionalmente a isto, tinham este saldo mas tinham também um conjunto de dívida registada, faturas entradas e não pagas, que também está refletido neste relatório. Atendendo ao que já falámos sobre o relatório das GOP e da prestação de contas.

Presidente da Assembleia de Freguesia perguntou às forças políticas que ainda não intervieram sobre esta matéria se alguém quer comentar.

Marta Vieira (PSD) afirmou que relativamente à apresentação que foi feita agora pelo Sr. Presidente, queria destacar aqui dois aspetos relativamente à proposta 305/2001 de execução orçamental, destaca-la porque ela é relevante para o altamente condicionamento para que possa ser a ação da atual Junta na medida em que como aqui já foi referido tínhamos uma sobre orçamentação, um orçamento empolado, em que houve a oportunidade de ter sido corrigido, quando se tinha apercebido que o desvio das previsões era evidente, houve uma opção de não o fazer e isso foi uma má decisão, que veio, como se vê, comprometer o futuro da Junta. Por outro lado, o aumento da despesa, 25%, que para além de ter sido uma subida assombrosa, as verbas acabaram utilizadas para fim diverso daquele que estavam destinadas. Mais uma vez, uma decisão política altamente gravosa para a saúde financeira da Junta. Por último, o saldo que foi deixado em caixa, de 151 mil euros, para liquidar dívidas de 732 mil euros, mais compromissos de 953 mil euros, o que perfaz um total de 1 milhão e 685 mil euros. Relativamente à certificação das contas, falou-se aqui muito do ponto 3, mas eventualmente destacaria o ponto 2, onde se fala de procedimentos, onde se refere que a preparação das alterações financeiras e pasme-se não teve em consideração o princípio contabilístico da especialização. Acha que há aqui uma questão de fundo que deve ser colocada, afinal qual é o valor real da dívida? Será que vamos ser confrontados com mais notícias do anterior mandato? Relativamente ainda à auditoria externa, que agora foi iniciada, por haver verba para a fazer, perguntar quando é expetável o resultado, quando é que haverá alguma informação ou factos.

Presidente da Assembleia de Freguesia perguntou se mais alguém queria intervir. Não havendo, passou a palavra ao Presidente da Junta.

Presidente da Junta de Freguesia respondendo às questões e apresentando a primeira revisão ao orçamento e às opções do plano, em relação à dívida, afixaram um edital em que pediam que quaisquer credores da Junta, até à data de 15 de março, se manifestassem para que pudessem ter a certeza de que não havia mais despesa além dessa. Não pode, na sequência disso, haver outro tipo de questões que venham a ser provenientes. Em relação à questão dos resultados da Auditoria, afirmou que ela está em curso e não tem propriamente um *deadline* para que ela seja concluída, mas naturalmente assim que estiver terão todo o gosto em a remeter para os membros da assembleia de freguesia, independentemente até da data da assembleia de freguesia subsequente, é um documento que lhes pode ser útil, se entenderem. Em relação às datas dos relatórios, o que foi feito é que o relatório intercalar reflete os mandatos e, portanto, quando cessou o mandato do executivo anterior, foi enviado para o Tribunal de Contas e as contas subsequentes refletem e têm a ver com este atual executivo. Em relação à revisão orçamental, disse que ela tem a ver com a incorporação dos resultados de 21, na medida em que aquando da assembleia de freguesia anterior ainda não tinham terminado o ano, não sendo possível tê-lo incluído no orçamento para esse ano, bem como as questões da norma de execução orçamental, para permitir precisamente incorporar essas questões e acautelar também as questões conexas.

Presidente da Assembleia de Freguesia pergunta se alguém se quer pronunciar sobre a primeira revisão do orçamento. Não havendo, pede ao Presidente da Junta para fazer as apresentações que considere relevantes sobre todos os Regulamentos.

Presidente da Junta de Freguesia mencionou que em relação ao Regulamento de Taxas, é de facto uma revisão, pretenderam atualizar e simplificar, vai nesse sentido. Parte dele, deriva daquilo que são outros regulamentos, refletindo exatamente essas questões. Tentaram incluir uma componente que pretenda diferenciar positivamente as instituições e os fregueses do Lumiar. Adicionalmente, uma das questões que lhes pareceu pertinente é que cada um dos espaços possa ele próprio ser sustentável, realçando que não faria sentido que se cobrasse por esse aluguer um valor que não suportasse, pelo menos, o empréstimo do espaço. Vai nesse sentido também. Em relação à questão das fotocópias, havia um valor mais baixo, mas entendem que não é função da Junta ser reprografia e não faria sentido ter um montante tão baixo para esse fim, que iria competir com outros, o que não fazia sentido. Houve uma

questão colocada anteriormente no que diz respeito a não ter sido alvo de consulta pública, irá ser discutido aqui e eventualmente aprovado e depois essa versão poderá ser alvo dessa consulta pública.

Joana Barata Lopes (Tesoureira do Executivo da Junta de Freguesia do Lumiar) referiu que sem prejuízo do que foi dito pelo Presidente da Junta, não vão abdicar da ideia de que os fregueses se possam pronunciar, mas o código do procedimento administrativo também prevê que, se houver um sentido de urgência, ela não seja feita, por exemplo, como nenhum dos regulamentos que aqui está, estava em vigor, as taxas não estavam publicadas em Diário da República e era obrigatório, pretendem resolver isso, mais ainda assim quer dizer que a apreciação vem aqui, para que possamos aprovar e terão todo o gosto em que os fregueses se pronunciem sobre isso.

Presidente da Junta de Freguesia falou do regulamento de contra ordenações que efetivamente tem uma componente jurídica pertinente e que visa regular os procedimentos sancionatórios das contra ordenações que eventualmente venham a ocorrer. É também essa componente que colocam à consideração. Adicionalmente, porque entendem importante haver uma clarificação dos apoios, as questões conexas com a atribuição de apoios a diversas entidades, que entenderam deveriam ser alvo de discussão pela assembleia, e que permite que ele possa beneficiar a transparência, a clareza com que cada um pode recorrer a este tipo de apoios e que haja uma capacidade de escrutínio maior, seja dos cidadãos seja também da assembleia em relação a esta matéria. Em relação ao Mercado, tem a ver com pequenas correções em relação ao regulamento anterior, mas que permitirão de alguma forma flexibilizar o seu funcionamento e também acreditam que permite chegar àquilo que são os desejos, quer dos fregueses, mas também de um documento a funcionar de forma mais adequada. Em relação ao Lavadouro, como fez menção no relatório trimestral, é um equipamento que foi recentemente reaberto e também tem uma componente de apoio à comunidade, também tem a ver com os direitos e deveres do que cada um que queira usufruir do serviço poderá ter, seja numa componente da utilização dos serviços enquanto lavadouro, mas também numa componente cultural, que possa decorrer no contexto daquele espaço. Em relação às formas de cooperação entre as entidades públicas e privadas, visa também agilizar esse procedimento, nomeadamente no que diz respeito a algumas autorizações de estágios e de diversas colaborações que a Junta empreende e, portanto, trazem também à

assembleia na medida em que se é uma competência da própria permitirá ao executivo que o faç.

Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra às bancadas, para comentarem estes regulamentos que o Sr. Presidente esteve a explicar.

Marta Vieira (PSD) referiu dois preciosismos, em relação ao regulamento de taxas e do autocarro vejam por favor a numeração porque no 4 é 6 e no 8 também. Relativamente ao regulamento de atribuição de apoios da freguesia do Lumiar, no seu Artigo 25º, estabelece um limite máximo de 65,5% de apoio. Gostavam de propor ao executivo que este apoio pudesse ser ligeiramente subido, talvez 80%, na medida em que entendem que eles são importantes para as entidades que os solicitam, tem a sua relevância, gostariam de deixar isso à consideração.

Carlos Figueira (IL) mencionou que há uma taxa que considera, e que sempre considerou, um pouco ridícula, fala das taxas de gatídeos e canídeos, sobretudo os gatídeos, que são animais de companhia dentro de casa, não percebe de todo porque é que o estado cobra às pessoas o facto de terem um gato dentro da sua própria casa. Os cães ainda podem dizer que vêm à rua, e pode contribuir para a higienização, mas há duas taxas, a de registo e a de manutenção, mas na verdade, e os montantes são perfeitamente marginais, é verdade que há muita gente que tem posses e pode ter estes animais, mas os animais de companhia são muitas vezes para pessoas que estão solitárias, com regimes de pensão e rendimentos mais baixos. Considera que não é só na nossa freguesia. Na verdade deixa aqui a opinião da IL em relação a isso.

Pedro Ângelo (PS) referiu que relativamente à justificação que foi dada sobre a urgência, nem se vai pronunciar, atendendo que o executivo tomou posse em outubro. Pelos vistos, o executivo tende a justificar com sentido de urgência, quando o executivo tomou posse em outubro e poderia realizar a consulta pública de outubro até agora e quando a justificação é que para o regulamento de taxas há uma necessidade muito urgente, por não existir um regulamento, existe um regulamento de taxas em vigor na Junta de Freguesia do Lumiar desde 2014 e que mereceu consulta pública prévia.

Presidente da Junta de Freguesia afirmou que em relação à proposta que lhes chegou, a respeito à alteração em relação à proporção, não veem inconveniente que ela seja alterada para esse outro montante, 80%. Em relação às questões dos gatídeos, têm de ver se não existe uma imposição legal, acrescentando que há uma questão de registo que é importante, por questões de saúde pública. Podem, eventualmente, tomar depois uma decisão de isentar essas taxas, caso se constate que não é um problema, mantendo-se o registo. Em relação à questão jurídica, passa à tesoureira.

Joana Barata Lopes (Tesoureira do Executivo da Junta de Freguesia do Lumiar) esclareceu que, na realidade, trata-se de uma clarificação, do que diz o Artigo 100º do código do procedimento administrativo, no número 3. A resposta que deu era que não tinha de ir a consulta pública. Respondendo porque é que é uma escolha, há um conjunto de regulamentos que estão publicados e que já não estão em vigor e este nós não encontramos em publicação em Diário da República, é muito difícil chegar a uma Junta de Freguesia desta dimensão, não ter procedimentos para se perceber os regulamentos que estão em vigor e terem de se dedicar a suprir essa falha, para nós o regulamento de apoios é muito importante, um conjunto de atribuições de subsídios a um conjuntos de entidade específicas sem qualquer justificação e critério, que a eles parece importante apresentar aos fregueses e por isso querem um regulamento de apoios que esteja a funcionar, é com base no regulamento que os senhores aprovaram em assembleia de freguesia em 2015, mas que nunca foi aplicado, uma das coisas que lá estava escrito era justamente o registo de atribuição de apoios, para que hajam registo nesta freguesia de todas as entidade que se candidatam a apoios, também para nós podermos criar sinergias com essas entidades, a isso acresce que a Junta foi notificada por não terem sido publicados no sítio da Internet da Junta de Freguesia os apoios que tinham sido concedidos a entidades públicas, como é obrigatório. Há uma relação entre uma coisa e outra. Para eles, o regulamento de atribuição de apoios é particularmente urgente, porque, para além das limitações financeiras, eles querem que sejam claras e transparentes, de maneira a que venha a justificação e esta acompanhe a atribuição do próprio apoio, para que não restem dúvidas sobre as escolhas políticas, quando fazemos assumimos, não querem que ninguém fique com dúvidas.

Presidente da Assembleia de Freguesia pediu ao Presidente da Junta para apresentar os últimos três pontos.

Presidente da Junta de Freguesia referiu, no que diz respeito ao pedido de autorização, que já o tinha mencionado, tem a ver com o estabelecimento de algumas colaborações com algumas instituições, nomeadamente acolher alguns estágios de instituições de formação. Em relação ao estatuto de oposição, o mesmo deveria ter sido remetido até ao final de março e perante essa submissão, se alguma das forças entendesse suscitar, levaria a discussão nesta assembleia, não tendo sido enviado nessa altura, sugerem então ao Sr. Presidente da mesa que o submeta, de qualquer forma, para que possa ser apreciado aqui na Assembleia. Ao longo destes meses, tentámos fazer com que ele funcionasse e estabelecesse uma relação de transparência e de colaboração com aqueles que são os representantes dos fregueses. Fizeram-no partilhando informação e disponibilizando-se para reunir com as diferentes forças políticas. Fizeram uma visita aqui ao espaço da Junta de Freguesia, para que todas as forças conhecessem as instalações e, portanto, entendem que estão a cumprir aquilo que está previsto no estatuto de direito de oposição. Nos outros assuntos, traríamos uma questão que tem a ver com o serem identificadas algumas despesas que não têm compromisso e que precisam de obter informação sobre o que fazer em relação a essas despesas e portanto a sua proposta é que possa haver aqui um pedido de esclarecimento novamente à CCDR sobre qual é a abordagem a ser tida em relação a estas despesas. As despesas de que estão a falar são na ordem dos 20 mil euros, o montante agregado, mas entendem que para serem cumpridas todas as questões legais isso deve ser feito de forma transparente. Trazem aqui essa proposta. Na prática, tem a ver com essa questão e que querem cumprir aquilo que a lei e a eventual tutela possa determinar em relação a essa matéria.

Presidente da Assembleia de Freguesia perguntou se alguém que fazer algum comentário. Não havendo mais intervenções, passou às votações.

Pedro Ângelo (PS) fez uma interpelação à mesa, perguntando se vão proceder à votação da prestação de contas de 2021, uma vez que chamou a atenção que ela não corresponde com a factualidade. Sobre os restantes pontos, gostava de tentar perceber se vão votar todos os regulamentos externos e se todos são considerados externos para que seja preterida a consulta pública prévia.

Presidente da Assembleia de Freguesia referiu que o executivo já tinha explicado isso e que iriam votar. Passou para a votação.

Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas de 2021:

Votos contra: 5 (PS) 1 (Livre) 1 (BE)

Abstenções: 1 (CDU)

Votos a favor: 5 (PSD) 4 (CDS-PP) 1 (IL) 1 (Chega)

Aprovado com 11 votos a favor, 1 abstenção e 7 votos contra.

Pedro Ângelo (PS) solicitou uma declaração de voto. Referiu que o PS votou contra este ponto, atendendo a que a certificação legal de contas apresentada pelos auditores externos, pela sociedade revisora oficial de contas, expressa no ponto 3 que a rúbrica de rendimento a reconhecer, apresentada no passivo, inclui um montante de 3 milhões e 48 mil e 67 euros, igual ao de 2021, referentes a transferências a receber da CML, no âmbito do CDC, o valor a receber no montante de 1 milhão e 860 mil euros, encontra-se no ativo de rúbrica de devedores. Não lhes foi evidenciada a execução dos programas integrantes desse CDC e desconhecemos se o seu prazo de execução foi prorrogado. Conforme foi distribuído nesta assembleia, pelo menos no que diz respeito à segunda parte, sobre o desconhecimento sobre a extensão do prazo deste CDC, resulta claro que a mesma foi aqui aprovada nesta mesma assembleia, a sua prorrogação através de um adicional ao CDC até 31 de dezembro de 2022, esta informação era de fácil prestação aos auditores e não lhe cabe a ele fazer juízes de valor sobre o porque é que não foi. No que diz à parte sobre o relato de outros requisitos legais e regulamentares, também é dito, no último parágrafo, que a receita corrente bruta cobrada em 2021 é inferior à despesa paga no mesmo ano. Estranha-se que a sociedade desconheça a lei, nomeadamente a lei 6/2020 da Assembleia da República que suspendeu a regra do equilíbrio financeiro, como medida de combate à situação de Covid e de pandemia. Também quis dizer que vão junto do Tribunal de Contas esclarecer esta situação.

Apreciação e votação da 1.ª Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2022 (PPI e PPA) e da Norma de Execução Orçamental:

Votos contra: 0

Abstenções: 5 (PS) 1 (Livre) 1 (CDU) 1 (BE)

Votos a favor: 5 (PSD) 4 (CDS-PP) 1 (Chega)

11 votos a favor, 0 contra e 8 abstenções. Aprovada por maioria.

Apreciação e votação do Regulamento de Taxas da Freguesia do Lumiar:

Votos contra: 4 (PS)

Abstenções: 1 (PS) 1 (Livre) 1 (BE) 1 (CDU)

Votos a favor: 5 (PSD) 4 (CDS-PP) 1 (IL) e 1 (Chega)

11 votos a favor, 4 abstenções e 4 votos contra. Aprovada por maioria.

Apreciação e votação do Regulamento de Utilização do Autocarro da Freguesia do Lumiar:

Votos contra: 5 (PS)

Abstenção: 1 (Livre) 1 (CDU) 1 (BE)

Votos a favor: 5 (PSD) 4 (CDS-P) 1 (IL) e 1 (Chega)

11 votos a favor 5 votos contra e 3 abstenções. Aprovado por maioria.

Apreciação e votação do Regulamento de Contraordenações da Freguesia do Lumiar:

Votos contra: 5 (PS)

Abstenção: 1 (Livre) 1 (CDU) 1 (BE)

Votos a favor: 5 (PSD) 4 (CDS-P) 1 (IL) e 1 (Chega)

11 votos a favor 5 votos contra e 3 abstenções. Aprovado por maioria.

Apreciação e votação do Regulamento de Atribuição de Apoios da Freguesia do Lumiar:

Votos contra: 5 (PS)

Abstenção: 1 (Livre) 1 (CDU) 1 (BE)

Votos a favor: 5 (PSD) 4 (CDS-P) 1 (IL) e 1 (Chega)

11 votos a favor 5 votos contra e 3 abstenções. Aprovado por maioria.

Apreciação e votação do Regulamento do Mercado do Lumiar:

Votos contra: 5 (PS)

Abstenção: 1 (Livre) 1 (CDU) 1 (BE)

Votos a favor: 5 (PSD) 4 (CDS-P) 1 (IL) e 1 (Chega)

11 votos a favor 5 votos contra e 3 abstenções. Aprovado por maioria.

Apreciação e votação do Regulamento de Utilização e Funcionamento do Lavadouro Público do Lumiar:

Votos contra: 5 (PS)

Abstenção: 1 (Livre) 1 (CDU) 1 (BE)

Votos a favor: 5 (PSD) 4 (CDS-P) 1 (IL) e 1 (Chega)

11 votos a favor 5 votos contra e 3 abstenções. Aprovado por maioria.

Pedro Ângelo (PS) mencionou que o grupo do PS queria fazer uma declaração sobre as votações agora efetuadas. O PS regista que, no âmbito da assembleia de freguesia, ocorrem 4 assembleias ordinárias por ano e foi fundamentada nesta assembleia a urgência para aprovar 8 regulamentos externos sem consulta pública prévia. Queremos deixar isso lavrado em ata.

Apreciação do pedido de autorização da Junta de Freguesia para o estabelecimento de formas de cooperação com entidades públicas e privadas:

Votos contra: 0

Abstenções: 5 (PS) 1 (Livre) 1 (CDU) 1 (BE)

Votos a favor: 5 (PSD) 4 do (CDS-PP) 1 (IL) 1 (Chega)

11 votos a favor 0 contra e 8 abstenções. Aprovado por maioria.

Ata em minuta

A favor por unanimidade

Presidente da Assembleia de Freguesia informou que tinha um pedido do Presidente para uma intervenção.

Presidente da Junta de Freguesia informou que queria dizer duas coisas muito breves, uma tem a ver com os regulamentos e entenderam de facto que todos tivessem força desde logo e estão disponíveis para os trazer novamente na próxima assembleia de freguesia e recolher, entre o período que medeia entre o dia de hoje e a próxima assembleia, os contributos que surjam por parte das forças políticas e também dos cidadãos.

Joana Barata Lopes (Tesoureira do Executivo da Junta de Freguesia do Lumiar) afirmou que para terminar, para que fique claro relativamente aquilo que é propósito, que é a prestação de contas, o relatório e o parecer é externo, as auditoras consideram que este relatório está em conformidade com as disposições legais e regulamentares e que por isso consideram o parecer positivo. Este é o primeiro ponto. Parece que há aqui um conjunto de questões levantadas que as próprias possam ter incorrido na apreciação que fizeram. O número de inscrição na ordem dos revisores oficiais de contas está aí no documento, qualquer questão que dê respeito a isso é da responsabilidade exclusiva das revisoras oficiais de contas, que são quem faz essa certificação. Também diz, para que fique claro, finalmente o revisor oficial, foi emitida nesta data para o efeito dos serviços da freguesia todos os esclarecimentos e informações solicitadas, importa reafirmar isso, mas também, já agora, dizer que foi de facto enviado um email com essa indicação relativa ao que é que tinha sido ou não executado e a questão da Câmara, mas não lhes compete a eles agora falar, entrar nesse tipo de discussão, é uma apreciação política, elas foram informadas acerca da prorrogação, se quiserem contestar a qualidade do documento e das recomendações que são feitas, não é ao executivo que devem fazê-lo porque elas apenas têm que certificar, a nós cabe-mos ter revisores de contas que deem parecer positivo ou negativo sobre a conformidade legal dessas contas. Elas deram um parecer positivo sobre essa conformidade legal. Também nos disseram que desde 2019, perguntou ao executivo pela execução daquele 1 milhão e 200 mil euros. O procedimento autárquico sobre despesa sem compromisso válido e sequencial é particularmente relevante, a proposta foi distribuída, uma proposta aprovada em executivo, é relevante porque nós executivo, e nós funcionário da JFL, estamos constantemente a ser

pressionados por empresas, que nos exigem um pagamento de um serviço ou de um bem, a que nós não podemos responder porque não há enquadramento legal. A lei é clara, está também no edital que afixámos e está nessa proposta que partilharam, as regras em relação aos compromissos, não podemos pagar se não houver um número de compromisso, se não tivesse sido inserido no sistema contabilístico, há um conjunto de credores, neste momento, que têm de saber que estão a tentar resolver com um parecer que vão pedir à CCDR, mas que não é da sua responsabilidade, porque não foram eles, dizem que sim a um serviço sem emitir esse número de compromisso. Os funcionários estão constantemente a receber emails a pedir esse pagamento e é preciso que as pessoas saibam que ele não ocorre porque a lei não permite pagar o que não foi legalmente concedido.

Presidente da Assembleia de Freguesia agradeceu a presença de todos, do público, dos funcionários. O Lumiar está vivo, como se viu neste debate. Agradece a todos a sua disponibilidade e deu como encerrada a assembleia de freguesia pelas 1h13m.